

Leis mais severas contra lavagem de dinheiro

PÁGINAS 10 E 11



A CAE aprovou texto do relator Pedro Simon (E) sem o artigo que dava ao Ministério Público comando sobre inquérito

Decisão do TSE sobre fidelidade partidária recebe apoio no Senado

Vários parlamentares elogiaram a decisão do Tribunal Superior Eleitoral, tomada na terça-feira, de estabelecer que o mandato do candidato eleito em eleição proporcional (deputado federal, estadual ou vereador) pertence ao partido, não ao parlamentar.

PÁGINA 18

Endurece a legislação contra quem usa menor em crimes

Os integrantes de quadrilhas que utilizarem menores de 18 anos de idade em atividades criminosas poderão ter as suas penas dobradas. O aumento da punição foi decidido na quarta-feira passada pela CCJ. O texto segue para o Plenário.

PÁGINA 9

Parlamentares cobram o fim da crise aérea

PÁGINA 17

cidadania

Como comprar sua residência pelo SFH

Quem sonha com a casa própria deve comparar as muitas maneiras oferecidas pelo mercado para comprar um imóvel: financiamento pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH), hipoteca, consórcio, compra direta da construtora, entre outros. Veja no *Especial Cidadania* desta edição as condições do SFH e como obter esse tipo de crédito.

PÁGINA 24

e mais...

AGENDA

Página 2

AMBIENTE LEGAL

FRASES

VOZ DO LEITOR

Página 21

Impresso Especial
5362005/DR/BSB
SENADO FEDERAL
CORREIOS



Parlamentares começam a analisar recusa do presidente da República em sancionar partes de propostas aprovadas pelo Legislativo

Congresso avalia vetos de Lula

O veto presidencial à Emenda 3, que altera a Lei da Super-Receita, é um dos focos de tensão entre governistas, favoráveis ao veto, e oposição, para quem, sem a emenda, a Receita acumulará poder em demasia. Outros vetos polêmicos atingiram as leis de recriação da Sudam e da Sudene, o que gerou a reação dos senadores do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Os desta última região reivindicam nova superintendência de desenvolvimento. Uma reunião no dia 9 de abril será a última chance para que governo e oposição cheguem a um acordo e viabilizem a votação dos vetos.

PÁGINAS 3, 4 E 5



Aterros sanitários e reciclagem são alternativas a lixões como o da Estrutural, em Brasília

Nova lei pode dar solução para resíduos sólidos

PÁGINAS 12 E 13

Pauta tem 26 itens em semana reduzida

O Plenário do Senado Federal poderá deliberar até quarta-feira sobre 26 itens que integram a pauta de votações, em semana reduzida em virtude do feriado desta sexta-feira (Paixão).

Entre as proposições, sete são medidas provisórias (MPs) ou projetos de lei de conversão (PLVs) relativos, na maioria, à abertura de créditos orçamentários. Trata-se de matérias que estão obstruindo a pauta desde a última quarta-feira.

Uma das MPs (338/06) destina

crédito de R\$ 7,4 bilhões para investimentos nas empresas estatais. Os recursos serão reservados a empresas vinculadas aos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Defesa; Fazenda; Previdência Social; Comunicações; e Minas e Energia. A mesma MP reduz em R\$ 8,8 bilhões dotações orçamentárias de diversas empresas governamentais.

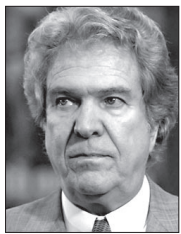
Outra medida (337/06) abre crédito de R\$ 506,5 milhões em favor dos ministérios da Educação, da Saúde, dos Transportes e

das Cidades.

Já o projeto de lei de conversão (PLV 1/07) estabelece que, entre 2007 e 2015, pessoas físicas e jurídicas possam deduzir da declaração anual do Imposto de Renda despesas com patrocínio ou doação a projetos desportivos.

Caso a pauta seja desobstruída, o primeiro projeto em pauta a ser discutido é o PLC 124/06, que estabelece incentivos fiscais para empresas que invistam em projetos de pesquisa científica e tecnológica.

Hélio Costa participa de audiência sobre TV pública



Hélio Costa

A criação de uma nova TV pública será tema de audiência a ser realizada no Senado, com a presença do ministro das Comunicações, Hélio Costa. O debate, promovido pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) da Casa, está previsto para esta quarta-feira, a partir de 8h45.

– Queremos saber que tipo de atuação o governo pretende com isso. E saber se será uma TV pública ou uma TV estatal – declarou o senador Wellington Salgado (PMDB-MG).

Haddad detalha à CE plano para a educação



Haddad

Casagrande (ES).

O plano prevê o desenvolvimento de ações no âmbito da educação para os próximos quatro anos e, segundo informações do ministério, deve conceder prioridade ao ensino básico.

O ministro da Educação, Fernando Haddad, deve debater nesta terça-feira, na Comissão de Educação (CE), o Plano de Desenvolvimento da Educação, também chamado PAC da Educação. A audiência pública, marcada para as 10h, é uma iniciativa do líder do PSB, senador Renato

Comissões

TERÇA-FEIRA

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

FAT – Análise do projeto de lei que autoriza o acesso dos bancos cooperativos aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para fins de concessão do crédito rural.

10h – EDUCAÇÃO

Ensino – O ministro da Educação, Fernando Haddad, fala a respeito do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Apelidado de PAC da Educação, o programa lançado pelo presidente Lula, no dia 15 de março, prevê medidas para ampliar investimentos principalmente na educação básica.

11h30 – MEIO AMBIENTE

Consumo de água – Votação do substitutivo ao projeto de lei que prevê a veiculação de advertência, sobre consumo de água, em embalagens e propaganda de produtos de limpeza, bem como em equipamentos utilizados para limpeza. Em pauta, ainda, o projeto de lei que determina a comercialização do pão francês a peso e por unidade de 50 gramas.

14h – INFRA-ESTRUTURA

Anatel – Os senadores votam a indicação de Antônio Domingos Teixeira Bedran para exercer o

cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

17h – DIREITOS HUMANOS

Igualdade racial – Debate sobre questões relativas à desigualdade e à discriminação racial. Estão convidados para a reunião, entre outros, a ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro; o reitor da Universidade de Brasília, Timothy Mulholland; os ministros da Justiça, Tarso Genro; das Relações Exteriores, Celso Amorim; da Educação, Fernando Haddad; e da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi; e o presidente da Fundação Palmares, Zulu Araújo.

QUARTA-FEIRA

8h45 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Diretrizes – O ministro das Comunicações, Hélio Costa, comparece à comissão para apresentar as diretrizes e os programas prioritários do ministério.

10h – ASSUNTOS SOCIAIS E DIREITOS HUMANOS

Ipiranga – As duas comis-

sões debatem a compra do grupo Ipiranga pela Petrobras em consórcio com o grupo Ultra e a Braskem. Estão convidados para a reunião, entre outros, o presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli; o presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, deputado Frederico Antunes; e representantes dos trabalhadores do setor e dos grupos envolvidos na negociação.

11h – AGRICULTURA

Cooperativas – Votação do projeto de lei que altera dispositivo da Política Nacional de Cooperativismo (Lei 5.764/71) a fim de, entre outros objetivos, isentar da cobrança de tributos os atos jurídicos praticados pelas cooperativas com o mercado, desde que estejam vinculados

ao seu objetivo social. Estão em pauta, ainda, dois requerimentos de debate sobre o programa de biocombustíveis do governo federal, que prevêem a participação dos ministros de Minas e Energia, Silas Rondeau, e da Ciência e Tecnologia, Sérgio Resende.

14h30 – MISTA DE ORÇAMENTO

Audiência pública – Deliberação sobre requerimento que pede audiência pública sobre a constitucionalidade das me-

Presidência



GERALDO MAGELA

O primeiro-ministro da Itália, Romano Prodi, revelou, em visita ao presidente do Senado, Renan Calheiros, a disposição de investidores italianos de financiarem empreendimentos, inclusive de risco, previstos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Por sua vez, Renan declarou que o Brasil vive um grande momento para atração de investimentos produtivos, propiciado pela manutenção de instituições estáveis, fortes e democráticas.

– Nossa democracia é jovem, mas sólida – afirmou.

Juizes pedem pressa na criação de varas federais

Renan Calheiros recebeu terça-feira o presidente da Associação dos Juizes Federais da 1ª Região (Ajufer), juiz Charles Renaud Frazão de Moraes, e outros magistrados. Eles solicitaram pressa do Legislativo na votação de projeto que cria mais 230 varas da Justiça Federal em todo o país.

Renan e Chinaglia recebem agenda da indústria

Em solenidade na Confederação Nacional da Indústria (CNI), os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Arlindo Chinaglia, receberam do presidente da entidade, deputado Armando Monteiro (PTB-PE), a Agenda Legislativa da Indústria para 2007, com proposições que o setor considera prioritárias.

Plenário

SEGUNDA-FEIRA

14h - Sessão não-deliberativa

TERÇA-FEIRA

11h - Sessão do Congresso Nacional

Lei orçamentária – Discussão e votação do projeto que altera lei (Lei 11.439/06) que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2007. A proposição visa permitir que a União aumente investimentos para a implementação de medidas previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). No Plenário da Câmara dos Deputados.

14h - Sessão deliberativa

Créditos - Cinco medidas

provisórias e dois projetos de lei de conversão estão trancando a pauta. As MPs abrem crédito em favor de ministérios e ao Orçamento de Investimentos para 2006. O PLC 1/07 dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e o PLC 2/07 trata de cooperação federativa no âmbito da segurança pública.

QUARTA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa

Depende das deliberações de terça-feira.

QUINTA-FEIRA

Agenda em aberto

SEXTA-FEIRA

Feriado

didas provisórias de créditos extraordinários, com a presença dos ministros do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, e da Casa Civil, Dilma Rousseff.

15h - DIREITOS HUMANOS

Medicamentos – Análise, em reunião administrativa, de denúncia contra o Ministério da Saúde relativa à distribuição de medicamentos a doentes crônicos. Os senadores convidaram para o debate em audiência

pública, entre outros, o diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Manoel Roberto da Cruz Santos; o subprocurador da República Carlos Henrique Martins Lima; e o presidente da Associação Brasileira de Assistência à Mucoviscidose (fibrose cística), Sérgio Henrique Sampaio, autor da denúncia.

QUINTA-FEIRA

Agenda em aberto.

TRIBUTOS Vetada por Lula, mudança no projeto da Super-Receita gera novo embate entre governo e oposição

Para Renan, solução a impasse precisa ser negociada

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou, na semana passada, que existe um desejo, entre trabalhadores, empresários e parlamentares, de chegar a um entendimento em torno do veto presidencial à Emenda 3, que, ao alterar a lei de criação da Super-Receita, limita o poder dos auditores da Receita Federal. Renan fez o comentário após receber o presidente da Força Sindical, deputado Paulinho da Força (PDT-SP), e outros sindicalistas interessados em manter o veto.

– Há um desejo muito grande de negociação. Acho que vamos ter que esgotar esse processo de negociação para, ao fim e ao cabo, apreciar o veto. E considero importante que nós construamos uma saída definitiva para o prestador de serviço, para a pessoa jurídica e para o Brasil – disse o presidente do Senado. De acordo com Renan, quando aprovou a emenda, o Senado tentou resolver a situação de uma modalidade de profissional que se multiplica no Brasil, a do trabalhador que constitui pessoa jurídica para prestar serviços a uma ou várias empresas.

– Se a emenda que fizemos não resolve, se ela precisa ser aprimorada, vamos verificar isso até o dia que for marcado para votação – afirmou, lembrando que o Congresso já fez a leitura do veto para o início da contagem de prazo para sua apreciação. Na terça-feira, o ministro das Relações Institucionais, Walfrido dos Mares Guia, negou que o governo esteja trabalhando pela manutenção do veto à Emenda 3. Ele falou à imprensa após um encontro com Renan Calheiros e com os senadores governistas Romero Jucá (PMDB-RR), Roseana Sarney (PMDB-MA) e Ideli Salvatti (PT-SC).

– Estamos trabalhando para resolver o problema. O presidente Lula e o ministro Guido Mantega [da Fazenda] estão sensibilizados. Estamos preparando alternativas para encontrar a melhor solução – disse Mares Guia.



Renan Calheiros e o deputado Paulinho, da Força Sindical: desejo de negociação



Contribuintes aguardam atendimento na Receita Federal: ofensiva do governo contra prestadores de serviços começou com MP em 2004

Líderes partidários articulam votação do veto à Emenda 3

O veto presidencial à Emenda 3, que altera a lei da Super-Receita – fusão das estruturas de arrecadação e fiscalização dos ministérios da Fazenda e da Previdência, aprovada pelo Congresso em fevereiro –, é foco de tensão entre parlamentares governistas, favoráveis ao veto, e da oposição, para os quais, sem a emenda, a Receita acumulará poderes em demasia. Vetada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 16 de março, a emenda proibia os auditores da Super-Receita de intervir quando considerassem a contratação de pessoas jurídicas como uma manobra para encobrir relações trabalhistas e driblar o fisco.

A mudança do texto original teve apoio da maioria dos governistas quando foi votada. Ela explicitava o entendimento de que só a Justiça tem competência para reconhecer um vínculo trabalhis-

ta. Teve origem no Senado, pelas mãos do então senador Ney Suassuna (PMDB-PB), e foi acatada pelo também senador Rodolpho Tourinho (DEM-BA) em relatório à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Relatório esse que acabou aprovado pelo Senado. O então PFL e o PSDB conseguiram, ao todo, promover 35 alterações

Para oposição, haveria concentração de muito poder na Receita

no texto, a maior parte oriunda de um projeto pefelista conhecido como Código de Defesa do Contribuinte.

Os líderes partidários na Câmara e no Senado se mobilizam para tentar votar o veto. Não se trata de um procedimento rotineiro: a praxe do Legislativo tem sido ignorar os vetos presidenciais, como demonstram os 601 vetos acumulados desde o governo Itamar Franco (1992-1994). No governo petista, só uma sessão do Congresso, em 2005, examinou vetos presidenciais.

Diante da mobilização, o Exe-

cutivo respondeu enviando ao Congresso um projeto de lei alternativo (PL 536/07), que mantém o poder de fiscalização da Receita, mas garante à empresa autuada o direito de defesa. O novo texto prevê ainda que a decisão de autuar ou não uma pessoa jurídica caberá a um delegado da Receita, após a manifestação do auditor e a defesa do contribuinte – hoje, o auditor faz a autuação antes da defesa do contribuinte.

Receita considera medida “prioritária”

A questão é prioritária para a Receita Federal: uma de suas maiores preocupações é justamente fiscalizar as chamadas “empresas de uma pessoa só”. Numa medida provisória editada no último dia útil de 2004 (MP 232), o governo já tentara reduzir as vantagens desse tipo de contrato em relação ao vínculo trabalhista tradicional por meio da elevação dos tributos para prestadores de serviços. O argumento do governo para tal eleva-

ção era a correção, na mesma MP, da tabela do Imposto de Renda (IR), que acarretaria uma perda de arrecadação – a oneração dos prestadores de serviço serviria para compensar essa perda.

A MP 232 acabou criando uma reação da sociedade contra o aumento da carga tributária. Pouco antes de a MP ser votada na Câmara, Lula editou a MP 243/05, que revogou a maior parte da MP 232/04, mantendo apenas os artigos do reajuste das tabelas do IR. A parte referente ao aumento de impostos foi eliminada do texto e inserida na MP 243, que acabou derrubada no Congresso.

Em 2006, o fisco conseguiu ao menos impedir que as “empresas de uma pessoa só” fossem incluídas entre as beneficiárias da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Prevaleceu o argumento de que a medida poderia provocar uma fuga de assalariados rumo à condição de pessoas jurídicas, com prejuízos, em especial, para a arrecadação da Previdência.

Código do Contribuinte ressuscita como antítese da Super-Receita

Se a lei da Super-Receita, aprovada no Congresso em fevereiro, tem medidas que visam reduzir o poder dos auditores fiscais, isso se deve ao projeto do chamado Código de Defesa do Contribuinte, do então senador Jorge Bornhausen (DEM-SC). Pois o relator da Super-Receita, quando a matéria passou pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o então senador Rodolpho Tourinho (DEM-BA), incorporou ao seu texto diversas medidas previstas no projeto de Bornhausen.

Arquivado ao cabo da legislatura encerrada em dezembro, o PLS 646/99 ressuscitou em março por obra da senadora Kátia Abreu (DEM-TO), para se contrapor ao poder de fogo da Super-Receita, que unificou as estruturas da Receita Federal e da Seguridade Social. O projeto seguiu para a CAE, onde terá como relator o senador Romero Jucá (PMDB-RR), líder do governo no Senado.

Os defensores do código dizem que ele colocaria o Brasil na

vanguarda no que diz respeito à legislação tributária. O país passaria a figurar num grupo em que já se encontram os Estados Unidos, com a sua Declaração de Direitos do Contribuinte II (*Taxpayer Bill of Rights II*), de 1996, e a Espanha por meio da Ley de Derechos y Garantías de los Contribuyentes, publicada em 1998, conforme notou o advogado tributarista Rafael Peixoto Abal em artigo no site *Jus Navigandi*.

Pelo projeto de Bornhausen, o fisco não poderá interditar estabelecimentos nem proibir o contribuinte de transacionar com repartições públicas. Proíbe ainda que o fisco impeça o contribuinte de usufruir de benefícios e incentivos fiscais ou financeiros, ou de ter acesso a linhas oficiais de crédito ou de participar de licitações, quando estiver pendente contra ele processo administrativo ou

judicial de caráter tributário.

O artigo 37 do projeto proíbe a administração fazendária de recusar, em razão de débitos tributários pendentes, autorização para o contribuinte imprimir os documentos necessários ao desempenho de suas atividades, ou bloquear, suspender e cancelar a inscrição do contribuinte sem a observância dos princípios do contraditório e da prévia e ampla defesa. O mesmo artigo acaba com a possibilidade do uso de força policial nas diligências ao estabelecimento do contribuinte, salvo em caso de autorização judicial.

Para o advogado Rafael Abal, talvez a maior evolução do código esteja no artigo 18, que assegura explicitamente o direito de defesa ou recurso (administrativo ou judicial), sem que o contribuinte seja obrigado a depósito, fiança,

Projeto de código amplia os direitos de recurso e de defesa

caução, aval ou outro ônus qualquer, exceto na execução fiscal. Atualmente o direito de recurso é vinculado ao depósito prévio de 30% do valor em discussão.

Outro ponto relevante é o da inscrição do contribuinte inadimplente no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin). Pelo artigo 36, parcelado o débito tributário, e se cumprido o acordo, o contribuinte não poderá continuar a sofrer o ônus da inadimplência. O parcelamento faz com que o contribuinte retorne ao estado de adimplência, inclusive para efeito de obtenção de certidões negativas de débitos fiscais.

O projeto estabelece ainda prazos para as decisões da administração fazendária, evitando que o contribuinte fique à mercê da “boa vontade” estatal. O fisco terá prazo de 90 dias para finalizar as diligências contra o contribuinte e 30 dias para emitir decisão nos processos, solicitações ou reclamações.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL Parlamentares querem recuperar os recursos para a Sudam e a Sudene

Bancadas regionais lutam contra vetos

Busca de um modelo de desenvolvimento para as regiões mais pobres do país mobiliza o governo federal desde 2001, quando o então presidente Fernando Henrique Cardoso decidiu extinguir as superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene). Passados seis anos, a recriação das agências, uma das principais reivindicações das bancadas das duas regiões, finalmente virou lei em janeiro passado.

Ainda assim, a questão não foi resolvida. Isso porque o presidente Lula vetou itens das leis, o que, de acordo com os senadores do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste (estes têm interesse na recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste), inviabiliza a atuação dos

órgãos em prol do crescimento da economia regional. As bancadas das três regiões perfazem 75% da composição do Senado, onde os projetos foram aprovados por unanimidade. Isso sem contar os parlamentares de Minas Gerais e Espírito Santo, que têm municípios que compõem a área de atuação da Sudene.

A análise dos vetos é uma das prioridades dos senadores em abril. A presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), faz parte do grupo que tenta mobilizar o Congresso para derrubar os vetos, o que só acontece com o apoio da maioria absoluta dos senadores e dos deputados.

Enquanto os vetos não são analisados, a imprensa noticia que o presidente Lula, que finalizou

na semana passada sua reforma ministerial para o segundo mandato, enfrenta dificuldades para encontrar nomes que aceitem o cargo de superintendente da Sudam ou da Sudene, inclusive entre aliados do PT. O fato é que, sem os recursos previstos nos projetos aprovados pelo Congresso e vetados por Lula, os órgãos ficam com orçamentos e poderes limitados. Sem contar que, politicamente, aceitando o cargo neste momento, os superintendentes ficariam no meio da disputa entre o Legislativo e o Executivo em torno dos vetos.

Diante dessa situação, a redução das disparidades regionais, um dos objetivos fundamentais da nação, definido no artigo 3º da Constituição federal, carece, desde 2001, de um instrumento efetivo.

Comissão mobiliza parlamentares

Como parte do esforço de senadores do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste pela criação de agências de desenvolvimento regionais que tenham condições efetivas de melhorar indicadores sociais e econômicos, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, presidida pela senadora Lúcia Vânia, montou na semana passada uma estratégia de mobilização das bancadas regionais na Câmara e no Senado para derrubar os vetos do presidente Lula às leis complementares 124 e 125/07, que recriaram, respectivamente, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e a do Nordeste (Sudene).

Por sugestão do senador Flexa

Ribeiro (PSDB-PA), a CDR vai estimular a realização de reuniões com as bancadas estaduais. O senador, que ficou responsável pela mobilização dos parlamentares da região Norte, espera que os

"O que se vê são ações de ministério isoladas", diz Jereissati

encontros sirvam para conscientizar os representantes de cada estado para o que realmente está em jogo, contrapondo-se à ação do rolo compressor do governo.

Nos encontros, será distribuída uma cartilha aos parlamentares, elaborada com base em estudos da Consultoria Legislativa do Senado e da assessoria econômica de Tasso Jereissati (PSDB-CE), que trabalhou ativamente para a formatação e aprovação dos projetos de recriação da Sudam e da Sudene. Jonas Pinheiro (DEM-

MT) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) ficaram responsáveis por reunir as bancadas do Centro-Oeste e do Nordeste.

– O que se vê nesse governo são ações de ministério isoladas, desconexas, que não levam à diminuição das desigualdades regionais. Veto à criação do Fundo de Desenvolvimento Regional argumentando que já existe o BNDES é um absurdo, porque esse banco ignora as necessidades do Norte e do Nordeste – afirmou Jereissati.

Para César Borges (DEM-BA), há um descompromisso do governo com a superação das desigualdades regionais. O Sudeste apresenta o dobro do desenvolvimento da região Nordeste. "Sem derrubar esses vetos mutiladores, não haverá Sudam nem Sudene para trabalhar por regiões Norte e Nordeste mais prósperas".



Sertão nordestino expõe desigualdades regionais: redução de disparidades carece de instrumento para se viabilizar

"A lei virou uma papelada sem valor"

Com base em estudo da Consultoria Legislativa do Senado e de sua assessoria econômica, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) durante a discussão dos projetos de recriação da Sudam e da Sudene, afirma que justamente os pontos das leis que dariam "alma" aos órgãos foram vetados pelo presidente Lula. Entre esses pontos estão incentivos fiscais, a criação de uma subsidiária do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), especializada em investimentos, e a regionalização das dotações orçamentárias para as áreas de abrangência das superintendências.

– Sem dinheiro e sem poder para mobilizar o setor produtivo das regiões, a existência das agências não vai ter sentido algum. A lei virou uma papelada sem valor, sem sentido e as desigualdades vão continuar – disse Jereissati ao **Jornal do Senado**.

O estudo encomendado pela presidente da CDR, Lúcia Vânia, à Consultoria registra avaliação semelhante.

"Alguns dos vetos alteraram bastante os projetos, diminuindo as possibilidades de que a Sudene e a Sudam venham a contribuir de maneira eficaz para a eliminação do hiato econômico e social que separa o Nordeste e o Norte das regiões mais desenvolvidas do Brasil. Seria importante dotar as agências de instrumentos que lhes possibilitassem atrair investimentos em infra-estrutura e grandes empreendimentos. Sem tais instrumentos, é bastante provável que esses empreendimentos sejam instalados no Sul e no Sudeste e que a situação de atraso relativo do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste permaneça inalterada", afirmam os consultores.

Na reunião da CDR em que o estudo da Consultoria foi distribuído, César Borges (DEM-BA) seguiu na mesma direção: para ele, sem uma política de planejamento global para diminuir as desigualdades regionais, com incentivos fiscais e financiamento a projetos, a situação de defasagem econômica do Nordeste com relação ao Sul e ao Sudeste permanecerá inalterada e, pior, tende a se agravar.

Histórico da Sudene

O modelo de desenvolvimento regional em debate no Congresso foi instalado com a criação, durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek, em 1959, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), inspirada nas idéias do economista Celso Furtado, que propôs o planejamento dos investimentos públicos na região para estimular a atividade econômica, especialmente a indústria.

O primeiro Plano Diretor da Sudene (1961-1963) previa a ampliação da rede de energia elétrica, rodovias e portos, melhor aproveitamento dos recursos hídricos e a modernização de atividades produtivas tradicionais, como o artesanato e a pesca. A melhoria dos indicadores de educação e saúde também estava entre as prioridades do órgão.

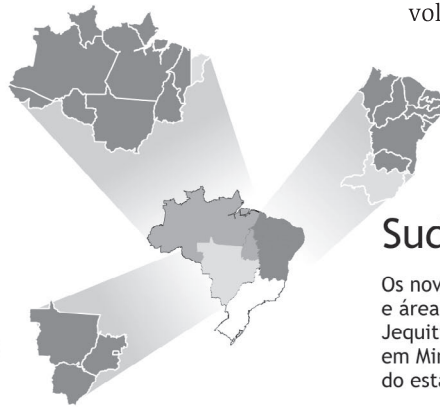
A partir dos governos

militares, a Sudene passou a se limitar a conceder incentivos fiscais para novos empreendimentos por meio do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor).

– Essa nova função, apesar de, a princípio, ter obtido bons resultados, acabou por ense-

Sudam

Amazônia Legal: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Tocantins, Pará e a porção a oeste do Meridiano 44º do Maranhão



Sudeco

Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal

jar desvios e distorções que a fizeram perder a importância como centro de idéias e decisões – afirma o estudo "Idéias e Trabalho nº 1", do gabinete do senador Tasso Jereissati.

Até 1985, com a existência da Sudene, a participação do PIB *per capita* do Nordeste em relação ao Brasil passou de 40% para 46%. Porém, a partir da década de 80, a participação do Nordeste na riqueza nacional voltou a diminuir.

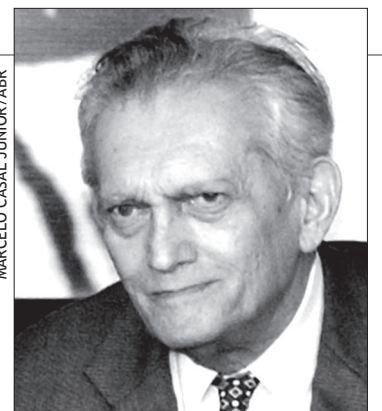
Nos anos que antecederam sua extinção, em 2001, a Sudene e sua

Sudene

Os nove estados nordestinos e áreas dos vales do Jequitinhonha e do Mucuri, em Minas Gerais, e município do estado do Espírito Santo

congênere da Amazônia, a Sudam, eram alvos de denúncias recorrentes de desvios de recursos públicos, e os gestores, acusados de emprestá-los a projetos que não chegavam a sair do papel. Em 2001, as irregularidades provocaram requerimento de criação de CPI que, por uma assinatura, não alcançou o número mínimo exigido de senadores.

Diante da reclamação generalizada dos parlamentares do Norte e do Nordeste (que somam 16 estados e quase três quintos da composição do Senado), Fernando Henrique decidiu criar, por medida provisória, as agências de desenvolvimento da Amazônia (ADA) e do Nordeste (Adene), cujas estruturas, vinculadas ao Ministério da Integração Nacional, e recursos financeiros eram muito inferiores aos de suas antecessoras.



Celso Furtado inspirou a criação do órgão de desenvolvimento regional

Eleito, Lula enviou, no primeiro ano de governo, projetos prevendo a recriação dos órgãos, enquanto outro presidencial do ano anterior, o hoje deputado Ciro Gomes (PSB-CE), ocupava o Ministério da Integração Nacional. Depois de quase quatro anos, os projetos foram aprovados, com ampla maioria na Câmara e no Senado, no final de 2006 e enviados à sanção de Lula, que vetou diversos dispositivos.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL Reunião em 9 de abril pode ser última chance de entendimento com o governo

Votação ainda depende de acordo

Os líderes partidários na Câmara e no Senado estipularam um prazo de 20 dias para que seja feito um acordo, na Câmara e no Senado, que viabilize a votação dos vetos sobre as leis que criaram as superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene) e sobre a Emenda 3 à lei que criou a Super-Receita. A decisão foi tomada antes da última sessão conjunta da Câmara e do Senado, realizada no último dia 21, quando o presidente do Congresso, Renan Calheiros, leu esses e mais 24 textos vetados pelo presidente Lula. O prazo acaba no dia 12 de abril e, diante do impasse que permaneceu até o início da semana passada, a última chance de que governo e oposição cheguem a um consenso é uma reunião marcada para a segunda-feira, 9 de abril.

Diante da reação dos parlamentares, o governo enviou um projeto para viabilizar uma negociação em torno do veto à Emenda 3. Porém, no que diz respeito à Sudam e à Sudene, até o momento o Planalto não acenou com nenhuma alternati-



Antônio Carlos Valadares (E) pede o envio de MP; Tasso Jereissati presidia comissão que discutiu criação de agências



va, seja uma medida provisória (MP) ou um projeto de lei para atenuar os efeitos dos vetos de Lula. O envio de uma MP foi o apelo do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) na última semana. Na opinião do parlamentar, o governo foi mal assessorado no momento de sancionar as leis.

Sem acordo, o governo já anunciou que vai defender a votação dos vetos na ordem cronológica. Ou seja, antes de serem analisados os vetos à Sudam, à Sudene e à Emenda 3, mais de

800 teriam que ser votados, invertendo a ordem de prioridade da oposição.

Segundo a Constituição e o Regimento Comum do Congresso, a partir da leitura dos vetos, conta-se um prazo de 20 dias corridos para que comissões de quatro senadores e quatro deputados, indicados pelos presidentes da Câmara e do Senado, apresentem seu relatório com o histórico da tramitação dos projetos que deram origem às leis. Depois de 30 dias da leitura, a Constituição diz que os vetos passam a obstruir a pauta do Congresso.

Fundos garantem poucos recursos

Os fundos de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) e da Amazônia (FDA) foram criados por medidas provisórias em agosto de 2001. Desde então, destinaram poucos recursos para suas finalidades.

No início, a regulamentação das regras para obtenção de empréstimos demorou, e a possibilidade de operacionalização dos financiamentos ainda mais. Depois de definidas as regras, a Consultoria Legislativa do Senado diz que há grandes dificuldades para obtenção de empréstimos, tendo em vista "as rígidas condições operacionais e as fortes exigências cadastrais".

Prova disso é que mais de cinco anos depois da criação do FDA foram liberadas as primeiras parcelas, no valor de R\$ 135 milhões, para projetos na área de energia elétrica no Amazonas, em Mato Grosso e no Tocantins. No

que diz respeito ao FDNE, até 2005 nenhum projeto havia sido aprovado. Em 2006, foi anunciada sua participação na construção da Ferrovia Transnordestina, num total de R\$ 2,2 bilhões.

- Caso sejam mantidos os vetos, os fundos correm o risco de perder grande parte dos recursos que lhes foram alocados, devido à falta de utilização - afirma o estudo encomendado pela presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Dotações orçamentárias dos fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Nordeste (FDNE) - Em reais

Lei Orçamentária Anual	FDA	FDNE
2001	308.000.000	462.000.000
2002	440.000.000	660.000.000
2003	465.320.000	697.980.000
2004	554.600.000	831.900.000
2005	607.790.000	911.680.000
2006	684.417.647	1.026.626.471
2007	770.737.029	1.156.105.543
TOTAL	3.830.864.676	5.746.292.014

Fonte: Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Entre 2001 e 2007, foram alocados R\$ 9,57 bilhões para os dois fundos, montante que, com a derrubada dos vetos, pode ser destinado à sua finalidade original.

Centro-Oeste tem interesse na derrubada dos vetos

Apesar de os vetos do presidente Lula se referirem às leis que recriam a Sudam e a Sudene, os senadores do Centro-Oeste estão entre os principais interessados na derrubada dos vetos. Isso porque está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado o projeto de lei complementar (PLC 119/06) que recria a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco).

Dessa forma, os senadores Jonas Pinheiro (DEM-MT) e Lúcia Vânia (PSDB-GO) estão entre os principais articuladores da derrubada dos vetos. Os governadores dos estados da região também já manifestaram que a recriação da Sudeco é um ponto fundamental

para o crescimento do país e deve ser incluída entre os itens do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O resultado da votação dos vetos à recriação da Sudam e da Sudene irá, então, nortear quais os limites possíveis para o texto do PLC 119/06. Na Câmara, o projeto original, encaminhado pelo governo ao Congresso em junho de 2004 (PLP 184/04), foi modificado antes da aprovação em dezembro de 2006.

Antes disso, os deputados realizaram diversas audiências públicas, inclusive nos estados. O senador Marconi Perillo (PSDB-GO), então governador de Goiás, reclamou que as aplicações do BNDES na região caíram de 17%



Marconi Perillo aponta baixo valor das aplicações do BNDES no Centro-Oeste

para 8% entre 1989 e 1997, enquanto cresceram de 44% para 56% no Sudeste.

No que diz respeito a incentivos fiscais da União, Marconi informou que o Centro-Oeste recebeu 3,5% do total e as regiões Sul e Sudeste, 57%; o Norte recebeu 26,1%, e o Nordeste, 13,7%.

Principais pontos vetados

Incentivos fiscais e financeiros - Os projetos não ampliavam, apenas mantinham o que já existia e garantia que os incentivos continuariam até que as rendas médias do Norte e do Nordeste atingissem, no mínimo, respectivamente, 90% e 80% da renda média do país, segundo o IBGE. Esse é o instrumento utilizado por diversos países, como os da União Européia, como critério para destinação de vantagens fiscais e financeiras. Sem os dispositivos vetados, na prática, os incentivos dados a empresas que hoje existem não estão garantidos. Os vetos impostos implicam, portanto, uma redução desses instrumentos, sendo que vetos relativos aos fundos de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) e da Amazônia (FDA) também contribuíram para limitar o alcance desses instrumentos (veja abaixo) e, em consequência, a eficácia da autarquia para promover o desenvolvimento regional. Os recursos dos fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM) sofreriam redução. Ao mesmo tempo, eles não têm como função estimular o crescimento por meio das empresas, mas apenas cobrir gastos correntes e investimentos dos municípios.

Razões apontadas pelo governo para o veto - O Congresso introduziu dispositivos na proposta original para fixar os incentivos fiscais existentes em patamares mais elevados e por tempo indeterminado, sem a respectiva previsão do impacto econômico-financeiro. Um dos impactos, afirma o governo, seria a redução dos repasses ao FPE e ao FPM, fundamentais principalmente para estados e cidades mais pobres.

Regionalização das dotações orçamentárias - Facilitaria o acompanhamento, por parte dos parlamentares e da sociedade civil, dos recursos disponíveis para a redução das disparidades regionais no Orçamento. Hoje, é difícil saber quanto o governo efetivamente gastou em determinado ano com saúde ou obras no Nordeste ou no Sudeste. Seu objetivo é facilitar o planejamento das agências de desenvolvimento regional.

Razões apontadas pelo governo para o veto - O assunto é estranho ao projeto, já que deveria fazer parte da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Criação do BNBPar (para atender à região da Sudene) - Subsidiária do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) que participaria do capital das empresas instaladas na área de atuação da Sudene, para estimular a abertura do capital e o crescimento das empresas, fomentando ainda o mercado de capitais local. A função do órgão não é análoga à de outro já existente, uma vez que a principal preocupação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) não é o desenvolvimento regional. Prova disso é que a maior parte dos financiamentos concedidos pelo BNDES é dirigida para o Sul e o Sudeste. A existência do BNDES tampouco torna desnecessária a existência do BNB. O fato de as empresas do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste serem pequenas hoje desconsidera que elas possam ter potencial inovador e, com acesso a empréstimos bancários, possam crescer.

Razões apontadas pelo governo para o veto - As vantagens da abertura de capital das empresas não podem ser dissociadas dos custos para administração e divulgação de informações contábeis, além dos riscos correspondentes. As empresas da região são pequenas e não têm porte para viabilizar esse tipo de captação de recursos. Na contramão, a redução de custos tem levado à diminuição do número de empresas de capital aberto no Brasil na última década. Os recursos do BNB seriam mais bem aplicados sem a vinculação proposta. A existência do BNDESPar torna desnecessária a criação do BNBPar. Do ponto de vista constitucional, propor a criação de um novo órgão público é competência privativa do Executivo.

Garantia de recursos para o FDNE e o FDA - Os fundos de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) e da Amazônia (FDA), criados em 2001, são as principais fontes de recursos para a promoção do desenvolvimento regional. O texto aprovado pelo Congresso impede o constante contingenciamento dos recursos dos fundos, estabelecendo que os recursos fossem transferidos mensalmente para fins de empréstimo. Além disso, uma das partes vetadas previa que, caso os recursos de um ano não fossem integralmente utilizados, seriam transferidos para o ano seguinte. O veto significa que os recursos dos fundos continuarão incertos. O texto do Congresso garantia ainda que os recursos dos fundos cresceriam na mesma proporção da receita corrente líquida da União de 2007 até 2023 (o prazo anterior era 2013). O veto significa que os recursos dos fundos não estarão garantidos a partir de 2013.

Razões apontadas pelo governo para o veto - Os dispositivos implicam vinculação de recursos da União até 2023, estabelecendo maior rigidez aos gastos dos fundos de desenvolvimento. Reduzem, assim, a flexibilidade necessária à política fiscal para atender às políticas públicas prioritárias. Já a determinação de transferência dos recursos não utilizados para o exercício seguinte estaria contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, no que diz respeito à gestão equilibrada e sustentável das contas públicas. Quanto ao repasse regular de recursos, não se pode pressupor que haverá ingressos igualmente regular das fontes que compõem os fundos. A medida, ao dar prioridade aos repasses aos fundos, também não observaria a determinação constitucional de atribuir à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) a fixação anual de metas da administração pública.

PLENÁRIO

Senado aprova MP que beneficia a Suframa

Vai à promulgação a medida provisória (MP 334/06) que autoriza a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) a doar ao governo do Amazonas uma área de aproximadamente 1,5 milhão de m², localizada na área de expansão do distrito industrial e ocupada pela comunidade Nova Vitória. Com a autorização, o governo estadual poderá realizar obras de urbanização para melhorar as condições de vida das cerca de 6 mil famílias que moram no local.

O relator revisor da matéria, aprovada pelo Plenário, foi o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM). Citando exposição de motivos encaminhada pelo governo federal junto com a MP, Virgílio registrou que a comunidade Nova Vitória possui problemas de infra-estrutura e de ordem sanitária que comprometem as famílias lá residentes.

O Democratas foi o único partido a votar contra a aprovação da MP. Seu líder, senador José Agripino (RN), concordou com o mérito da matéria, mas criticou o fato de o assunto ser tratado em

medida provisória, e não em um projeto de lei. Outros senadores, como Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Marconi Perillo (PSDB-GO), condenaram o mesmo fato, mas preferiram votar favoravelmente em homenagem ao relator e às famílias beneficiadas.

José Sarney (PMDB-AP) votou a favor, mas lamentou que projeto de sua autoria, já aprovado no Senado, que trata de uma área de livre comércio nos municípios de Macapá e Santana, ambos no Amapá, esteja há três anos sem tramitar na Câmara dos Deputados, mesmo com acordo de líderes para sua aprovação.

R\$ 20 milhões para brasileiros na Bolívia

Durante os debates, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) antecipou a discussão sobre a medida provisória (MP 354/07) que alocou R\$ 20 milhões para o Ministério das Relações Exteriores firmar parcerias de cooperação com a Bolívia. Ele disse que, enquanto o governo federal manda dinheiro para a Bolívia, uma obra da Rede Sarah de

hospitais, no Pará, está há cinco anos aguardando R\$ 16 milhões para sua conclusão.

A intervenção de Flexa Ribeiro motivou o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) a pedir ao presidente Renan Calheiros que o escolha para relatar a MP 354. Para ele, o governo agiu corretamente ao editar a medida, uma vez que o dinheiro serviria para criar uma alternativa de subsistência para famílias de brasileiros pobres que emigraram para aquele país vizinho.

Efraim Moraes (DEM-PB) disse ser injustificável o governo brasileiro enviar R\$ 20 milhões para resolver o problema de agricultores brasileiros na Bolívia antes de resolver a situação dos pequenos produtores rurais nordestinos que estão correndo o risco de perder suas propriedades por não terem suas dívidas federais perdoadas.

Por fim, o senador Tião Viana (PT-AC) opinou que a MP 354 é relevante por amparar cerca de 20 mil brasileiros que estão vivendo um momento histórico em que a Bolívia está modificando seu ordenamento jurídico.

Créditos extraordinários autorizados

O Plenário também aprovou a MP 33/06, que abre crédito extraordinário no total de R\$ 690,9 milhões a diversos órgãos do governo federal. A matéria, que recebeu parecer favorável do senador Romeu Tuma (DEM-SP), vai à promulgação.

Entre os órgãos contemplados com os recursos aprovados estão a Advocacia Geral da União (R\$ 20 milhões); a Receita Federal (R\$ 35 milhões); o Ministério da Educação (R\$ 10,2 milhões); a Superintendência da Zona Franca de Manaus (R\$ 30 milhões); a Polícia Federal (R\$ 68 milhões); o Instituto Nacional do Seguro Social (R\$ 100 milhões); o Ministério da Saúde (R\$ 231,2 milhões); a Fundação Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística (R\$ 71,5 milhões); o Comando da Aeronáutica (R\$ 50 milhões); e o Ministério da Integração Nacional (R\$ 75 milhões).

Oposição reiterou críticas ao excesso de MPs enviadas ao Congresso

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP), ao defender a aprovação das medidas, destacou a importância de algumas destinações dos recursos. O crédito à Advocacia Geral da União,

observou, permitirá que o órgão represente a União judicial e extrajudicialmente, livrando assim o Estado de arcar com vultosos prejuízos em processos judiciais. Os recursos do Ministério da Saúde visam a prevenção e o combate à pandemia de influenza (gripe), especialmente entre os idosos, disse.

Vários senadores da oposição, mesmo defendendo o mérito de seu conteúdo, protestaram contra o que consideraram excesso de medidas provisórias enviadas pelo Executivo ao Congresso.

Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA) avaliou que não tem sentido a votação de MPs de crédito, uma vez que os recursos nelas previstos usualmente são gastos antes de as MPs serem votadas no Congresso.

O líder do Democratas, José Agripino (RN), lembrou que, na semana anterior, a pauta esteve trancada por nove MPs, o que impediu a votação no Senado de projetos importantes sobre segurança pública. Marconi Perillo (PSDB-GO), tachando as MPs de “desmedidas”, cobrou a apreciação dos vetos presidenciais a diversas matérias aprovadas pelo Legislativo.

Outra ação do PAC aprovada: a extinção da RFFSA

O Plenário da Câmara aprovou, na semana passada, medida provisória que extingue a Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) e transfere seus imóveis operacionais ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit), informou a Agência Câmara. A MP 353/07 faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e agora será votada pelo Senado.

Em liquidação desde 1999, a Rede Ferroviária Federal vem tendo sua malha ferroviária explorada por meio de contratos de arrendamento a empresas privadas.

A MP foi aprovada como pro-

jecto de lei de conversão do deputado Jaime Martins (PR-MG), que fez diversas modificações na MP. Uma delas prevê a transferência dos atuais empregados da rede, assim como do pessoal agregado vindo da Ferrovia Paulista S. A. (Fepasa), à Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., em quadro de pessoal especial. Um plano de desligamento voluntário poderá ser instituído pela Valec para estimular a demissão dos empregados transferidos.

A Valec cuidará das ações trabalhistas movidas contra a RFFSA e patrocinará os planos de benefícios administrados pela Fundação Rede Ferroviária

de Seguridade Social (Refer), com paridade de contribuição entre os participantes e a patrocinadora. Ela não poderá ser privatizada, extinta, dissolvida ou liquidada por dez anos.

Os deputados já haviam aprovado, na semana anterior, duas MPs do PAC - 346/07 e 350/07. A primeira abre crédito extraordinário de R\$ 452,18 milhões para a conclusão dos processos de extinção da RFFSA e de liquidação da Companhia de Navegação do São Francisco (Franave). A outra modifica as regras do Programa de Arrendamento Residencial (PAR). Restam ainda seis MPs do PAC para serem votadas na Câmara.



Senadores aprovaram em sessão na semana passada três medidas provisórias. Pelo menos outras seis ainda trancam a pauta

Subsídios para pesca geram polêmica entre senadores

Depois de provocar debate entre os senadores, a MP 336/06, que abria crédito extraordinário no valor de R\$ 385,26 milhões em favor dos ministérios de Minas e Energia, dos Transportes, do Esporte, da Integração Nacional e das Cidades, foi aprovada pelo Plenário do Senado.

A polêmica instaurada em Plenário foi devido ao aporte de recursos destinados à Presidência da República (R\$ 15 milhões), e a Bahia, além de uma série de obras em outros estados. O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) esclareceu que os recursos previstos não tinham relação alguma com a Petrobras, e acrescentou que a discussão sobre a siderúrgica deveria ser feita em outro fórum, como a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), e em outra ocasião.

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) propôs que a parte da MP que se referia aos recursos destinados à subvenção da pesca fosse votada em separado, e assim foi feito. No entanto, o governo conseguiu derrubar o destaque, por 32 votos a 31 (e duas abstenções), e a medida seguiu para promulgação tal como foi editada.

o texto seria “ofensivo ao povo do estado do Ceará”.

Os senadores governistas, por sua vez, frisaram que os recursos para o setor pesqueiro seriam fundamentais para garantir competitividade ao setor. Além disso, destacaram que a MP abrange uma série de outras questões importantes, como o aporte de recursos para os Jogos Pan-Americanos e para a duplicação da ponte do rio São Francisco entre Pernambuco

e a Bahia, além de uma série de obras em outros estados. O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) esclareceu que os recursos previstos não tinham relação alguma com a Petrobras, e acrescentou que a discussão sobre a siderúrgica deveria ser feita em outro fórum, como a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), e em outra ocasião.

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) propôs que a parte da MP que se referia aos recursos destinados à subvenção da pesca fosse votada em separado, e assim foi feito. No entanto, o governo conseguiu derrubar o destaque, por 32 votos a 31 (e duas abstenções), e a medida seguiu para promulgação tal como foi editada.

COMISSÕES

Subcomissão estudará os pólos tecnológicos

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) terá uma subcomissão temporária, composta por cinco senadores e com prazo de funcionamento de 12 meses, destinada a estudar, acompanhar e apoiar o desenvolvimento dos pólos tecnológicos. O requerimento para a criação da subcomissão, do senador Cícero Lucena (PSDB-PB), foi aprovado na semana passada.

Ao justificar a necessidade da subcomissão, Cícero Lucena explicou que a criação dos pólos tecnológicos tem sido um forte instrumento para o desenvolvimento de determinadas regiões no Brasil. No entanto, salientou o senador, esses pólos têm sido voltados para setores específicos de tecnologia, visando uma determinada região, sem integrar uma política pública permanente e dinâmica que contemple um planejamento nacional voltado para as necessidades de cada região.

– Por isso proponho a subcomissão, para que o Senado possa acompanhar de perto esta questão que é tão importante para o nosso país – afirmou Cícero Lucena.

Assim que anunciou a aprovação do requerimento, o presidente da CCT, senador Wellington Salgado (PMDB-MG), pediu que os partidos indiquem seus

representantes para a composição da subcomissão.

A CCT também aprovou requerimento apresentado pelo senador Flávio Arns (PT-PR) para que a comissão estabeleça entendimentos com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão visando ao atendimento da reivindicação de recomposição salarial da carreira de Ciência e Tecnologia. O pleito foi encaminhado pelo Fórum de Ciência e Tecnologia – colegiado constituído por profissionais da área atuantes em diversas instituições públicas.

Segundo Flávio Arns, os baixos salários da carreira não são atrativos a novos talentos da área, acarretando, inclusive, a perda de funcionários. O senador adverte que a situação compromete o desenvolvimento tecnológico e científico, essencial para o progresso do país.

Após a aprovação do requerimento, Flávio Arns foi encarregado pelo presidente da CCT de convidar três senadores para, em comitiva e junto com integrantes do fórum, procurarem agendar uma audiência com o ministro do Planejamento a fim de darem início aos entendimentos sobre os salários da carreira.

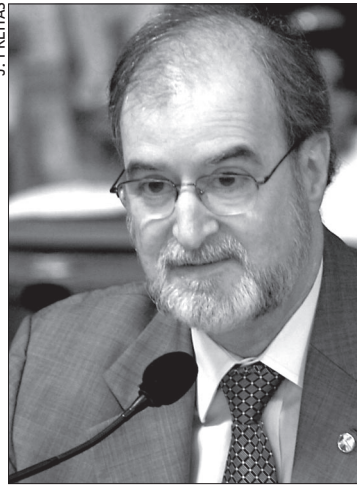
Aval para rádios comunitárias

A CCT também aprovou cinco projetos de decreto legislativo que dispõem sobre serviços de radiodifusão. O primeiro outorga permissão ao Sistema Maior de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora de frequência modulada na cidade de Elisiário, (SP). Os demais projetos de decreto legislativo acolhidos são de autorização para a execução de serviço de radiodifusão comunitária em Goiandira (GO); Palmeira dos Índios (AL); Paranoá (DF); e Paraíso do Tocantins (TO).

Senadores vão pressionar por salários melhores para carreira da C&T



Flávio Arns irá reivindicar recomposição salarial em audiência com ministro



Eduardo Azeredo, na CCT, Wellington Salgado, na CCJ, e Marisa Serrano, na CE, foram os relatores do projeto que amplia a área de atuação da Capes, aprovado pelas três comissões do Senado



Capes amplia atuação e ganha 410 cargos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou na semana passada projeto que permite à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), vinculada ao Ministério da Educação, ter suas competências alteradas para que possa, além de continuar elaborando e acompanhando as políticas para a pós-graduação *stricto sensu*, colaborar com o ministério na formação inicial e continuada de professores do magistério e de nível superior. A proposta do Poder Executivo tramita em regime de urgência no Senado e já foi analisada pela Câmara dos Deputados.

O PLC 10/07, aprovado na Comissão de Educação (CE) na terça-feira e na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Infor-

mática (CCT) na quarta, possui o mesmo teor do substitutivo acertado entre os senadores Marisa Serrano (PSDB-MS), na CE, e Eduardo Azeredo (PSDB-MG), na CCT.

O relator substituto na CCJ foi o senador Wellington Salgado (PMDB-MG), presidente da CCT, que alterou o relatório original de Pedro Simon (PMDB-RS) para adequá-lo ao acordo firmado

entre as outras duas comissões: dos 52 cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superior (DAS) que estão sendo criados, pelo menos 16 deles devem ser ocupados por servidores efetivos. Para que a Capes possa administrar essa nova competência, o projeto cria ainda 410 cargos, sendo 140 de assistente em Ciência e Tecnologia e 270 de analista na mesma área.

A obrigatoriedade dessa inclusão de 16 servidores efetivos – sugerida pelo presidente da Comissão de Educação, senador Cristovam Buarque (PDT-DF) – foi acatada pela relatora na CE, Marisa Serrano, como forma de se chegar a um entendimento com a bancada governista.

As senadoras Ide- li Salvatti (PT-SC) e Fátima Cleide (PT-RO) insistiam na aprovação da proposta original, que garantia a simples criação dos 52 cargos, sem nenhuma contrapartida. A relatora, por sua vez, havia sugerido o corte de 30% nos cargos comissionados, com o apoio do senador Marconi Perillo (PSDB-GO).

De acordo com o texto aprovado, a Capes subsidiará o Ministério da Educação na “formulação

de políticas de desenvolvimento de atividades de suporte à formação de profissionais de magistério para a educação básica e superior e para o desenvolvimento científico e tecnológico do país”.

A formação inicial dos professores de educação básica será feita preferencialmente por ensino presencial. A formação continuada, por sua vez, utilizará especialmente recursos e tecnologias de educação a distância.

Azeredo elabora parecer em conjunto

Na CCT, o texto aprovado foi um substitutivo do senador Eduardo Azeredo, elaborado em conjunto com Marisa Serrano, relatora da CE.

Na leitura do parecer, Azeredo destacou que a colaboração da Capes no âmbito da educação básica será realizada exclusivamente mediante convênios com instituições de ensino superior públicas e privadas, que continuarão tendo, no entanto, liberdade acadêmica.

“Serão respeitadas a liberdade acadêmica das instituições conveniadas e, sobretudo, as necessidades de cada ente federado interessado ou envolvido nos programas de formação”, salientou Azeredo em seu parecer.

Obrigatoriedade de exercício por servidor efetivo foi sugerida por Cristovam

Projeto permite dedução de gastos com faculdade

A Comissão de Educação (CE) aprovou em sua reunião da semana passada parecer favorável do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) ao PLS 313/06, que permite o abatimento das despesas de educação superior da contribuição patronal para a Previdência Social. O projeto modifica a Lei 8.212/91, que trata da organização da Seguridade Social e já permite a despesa relativa à educação básica. O projeto ainda será analisado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Dois outros projetos foram aprovados em decisão terminativa pela CE. O PLS 55/07, do senador Francisco Dornelles (PP-RJ), institui o Dia de Santo Antônio de Santanna Galvão, a ser comemorado em 11 de maio. Esta será a data da canonização de frei Galvão pelo papa Bento XVI. A proposta teve como relator o senador Jonas Pinheiro (DEM-MT). Já o PLS 242/06, do senador José Sarney (PMDB-AP), autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal Industrial de Laranjal do Jari (AP). O relator foi o senador Gilvam Borges (PMDB-AP).

CAS aprova eleição direta de presidente das Cipas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa, aprovou proposta (PLS 86/03) do senador Paulo Paim (PT-RS) para determinar que o presidente e o vice-presidente das comissões internas de prevenção de acidentes (Cipas), que funcionam no âmbito das empresas, sejam eleitos pelos próprios membros desses comitês.

Pela regra vigente, definida na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o presidente deve ser designado pelos empregadores, com o vice eleito pelos representantes dos empregados que façam parte da comissão. As Cipas são compostas por igual

número de representantes da empresa e dos trabalhadores.

O senador Adelmir Santana (DEM-DF) chegou a apresentar parecer com voto contrário ao do relator, senador Flávio Arns (PT-PR). Para Adelmir, que é empresário, o exercício da presidência por empregado eleito pode vir a provocar a “quebra da harmonia” nas atividades do comitê.

Na seqüência do debate, Adelmir Santana retirou seu voto contrário, optando pela apresentação de emenda (rejeitada) destinada a transferir a definição do assunto para o acordo coletivo anual. Adelmir reapresentará a emenda em Plenário.

Exibidores de cinema criticam cobrança do Ecad

Senadores e exibidores de cinema reuniram-se na Comissão de Educação para discutir a cobrança de 2,5% sobre a renda de bilheteria das salas por parte do Escritório Nacional de Arrecadação e Distribuição (Ecad), que repassa esse valor aos músicos responsáveis pelas trilhas sonoras dos filmes. Tramita no Senado projeto (PLS 532/03) que acaba com a cobrança de direitos autorais por parte do Ecad.

Segundo o presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, senador Demostenes Torres (DEM-GO), a reunião foi o primeiro passo no sentido de se tentar resolver o conflito entre exibidores de cinema, que não concordam em pagar a atual taxa de direito autoral aos músicos, e o Ecad, que afirma defender os interesses da classe artística.

Os exibidores alegam que não cabe às salas de cinema efetuar o pagamento dos músicos, pois estes já receberiam sua remuneração quando contratados pelo produtor do filme.

COMISSÕES



Resíduo de agrotóxicos na produção de alimentos deverá ter limites claramente especificados

Regras severas na higiene e segurança de alimentos

O padrão de identidade e qualidade de cada tipo de alimento – especificado pelo comitê Codex Alimentarius do Brasil, coordenado pelo Inmetro – deve conter regras mais específicas com respeito à higiene e segurança dos produtos, como determina substitutivo ao PLS 152/06 aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O novo texto define a categoria dos agrotóxicos e similares, além dos anabolizantes, na relação das substâncias que devem ter limites de tolerância especificados.

O projeto abre espaço, ainda, para a inclusão – a critério da autoridade competente – de qualquer outra substância potencialmente prejudicial à saúde humana. O substitutivo foi pro-

posto pelo relator da matéria, senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), como alternativa a projeto (PLS 152/06) da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). O texto propõe que o padrão contenha ainda a periodicidade em que deve ser feita a colheita de amostra, ensaio e análise para a investigação da qualidade dos produtos.

A legislação atual (Decreto-Lei 986/69) não exige a definição de periodicidade para as análises. Quanto à higiene dos alimentos, além do padrão microbiológico, estabelece exigência mais genérica de limites de tolerância para “pesticidas e contaminantes tolerados”.

Com as mudanças, os limites devem ser especificados para

cada fase de produção do alimento, da extração até o preparo final para consumo.

Na justificativa da proposta, a autora esclarece que pesticidas fazem parte da categoria mais ampla dos agrotóxicos, em que se incluem ainda herbicidas, antifúngicos, antibióticos, raticidas e inseticidas. Apesar do controle dos órgãos públicos, afirma, os agrotóxicos vêm sendo usados de forma inadequada, causando doenças que muitas vezes são detectadas em estágio avançado.

Por ser um substitutivo ao texto original, a matéria deverá passar ainda por votação complementar na comissão, em decisão terminativa. Depois será examinada pela Câmara dos Deputados.

Indenização para vítimas da talidomida

Portadores da deficiência física conhecida como síndrome da talidomida poderão receber indenização por danos morais da União, conforme projeto aprovado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação

Participativa (CDH). A proposta (PLS 156/06) é do senador Tião Viana (PT-AC) e aprovada com o texto da relatora, senadora Fátima Cleide (PT-RO). Por isso será votada em caráter terminativo em turno suplementar, quando poderá receber emendas.

Pelo texto, cerca de 280 pessoas vítimas da síndrome serão indenizadas pela União, considerada responsável pelos danos, segundo decisões da Justiça. A talidomida foi utilizada por grávidas em medicamentos contra o enjôo entre 1950 e 1960 e causou graves deformidades nos fetos.

A CDH aprovou ainda parecer do senador Papaléo Paes (PSDB-AP) favorável a projeto do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) que visa alterar o Programa Nacional de Con-

trole do Câncer de Próstata (Lei 10.289/01) para dar maior efetividade no combate à doença. A idade mínima da população-alvo do programa passaria de 40 para 50 anos. As secretarias estaduais e municipais de Saúde estariam à disposição dos homens acima de 50 anos para a realização de exames que detectem precocemente o câncer de próstata. A proposta (PLS 34/05) foi aprovada em decisão terminativa e vai à Câmara.

Outro projeto (PLS 196/06) aprovado em decisão terminativa é do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) e determina que as concessionárias de serviços públicos sejam obrigadas a imprimir, a pedido do usuário, faturas de seus serviços também em braile.

Má gestão é aliada do câncer de mama

Profissionais da área foram unânimes em afirmar, em debate na Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, que o Brasil possui mamógrafos suficientes para atender toda a população que precisa realizar exame de mama. O problema seria de gestão e de falta de vontade política.

Participaram do debate o diretor-geral do Instituto Nacional do Câncer (Inca), Luiz Antônio Santini; o secretário de Ensino Superior do Estado de São Paulo,

José Aristodemo Pinotti; o médico mastologista José Antônio Ribeiro Filho, do Distrito Federal; e o presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia, deputado federal Diogênes Baségio (PDT-RS).

Os quatro profissionais da saúde debateram, durante toda a tarde, a situação do câncer de mama no Brasil e as condições

de prevenção da doença nas unidades públicas de saúde nos municípios. Todos os anos, cerca de 500 mil novos casos de câncer de mama são detectados no país, com 141 mil óbitos. Quanto mais cedo a doença for detectada, maiores as chances de o tratamento ser bem-sucedido.

Segundo Luiz Antônio Santini, o Ministério da Saúde elegeu o controle do câncer de mama como uma de suas prioridades. Para isso, estabeleceu como metas ampliar para 60% a cobertura de mamografia para mulheres acima de 40 anos e a realização da punção em 100% dos casos necessários.

Segundo José Aristodemo Pinotti, 1.200 mamógrafos seriam suficientes para atender à demanda do Brasil inteiro, mas o país já tem muito mais do que isso. Entre outros problemas, muitos estão quebrados, enquanto outros são subutilizados.

Brasil dispõe de mais mamógrafos do que o necessário

Emendas para compra de mamógrafos não saem do papel

Antes do início da audiência pública, a senadora Kátia Abreu (DEM-TO) lembrou que em 2004, quando era deputada federal, lançou um movimento dentro do seu partido, o então PFL, para que deputados e senadores destinassem parte das suas emendas à aquisição de mamógrafos para os municípios de sua preferência. Em 2005, parlamentares de outros partidos fizeram o mesmo. No ano passado, no entanto, a experiência não se repetiu, devido aos sucessivos contingenciamentos determinados pelo governo federal.

– Os deputados e senadores desanimaram. Eles argumentaram, com razão, que não adiantava colocar as emendas porque o Ministério da Saúde não as empenhava. Depois de muito esforço e sacrifício, ainda consegui a liberação de recursos para a compra de três mamógrafos para o Tocantins. Hoje, apenas 9% dos municípios brasileiros possuem mamógrafos para atender à sua população

– afirmou Kátia Abreu.

A senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) registrou que, nas três vezes em que foi prefeita de Mossoró (RN), constatou que o número de mamógrafos, apesar de suficiente para atender às mulheres do município, não atendia a toda a demanda. O problema, recorrente no país inteiro, é que Mossoró, por ser a principal cidade da região oeste potiguar, terminava por atrair as pessoas das localidades próximas, explicou.



Exame de toque é primeiro passo para identificação precoce da doença

ORGANIZAÇÃO DO COMBATE AO CÂNCER DE MAMA



Projeto de Tião Viana beneficia 280 vítimas da síndrome causada por medicamentos

CAS fará debates sobre saúde, educação, sexo, menores e trabalhadores

Em reunião onde foi aprovada a realização de seis audiências públicas, a CAS decidiu convidar os ministros da Saúde, José Gomes Temporão, e da Educação, Fernando Haddad, para participarem de uma dessas audiências, em data ainda a ser marcada. Temporão prestará informações sobre políticas e projetos de sua pasta, conforme requerimento do senador Papaléo Paes (PSDB-AP), em

debate conjunto com a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde da CAS.

Com o ministro Fernando Haddad, os senadores querem discutir o projeto de lei que torna obrigatório o ensino de educação sexual, institui o Dia do Planejamento Familiar, reduz a idade mínima para o exercício da opção pela esterilização cirúrgica e revoga a

exigência de consentimento de ambos os cônjuges, na vigência da sociedade conjugal, para a realização desse procedimento. O autor do projeto (PLS 284/06) e do requerimento é o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ).

A CAS também aprovou requerimento de Flávio Arns (PT-PR) para que outra audiência pública discuta projeto de lei (PLS 480/03) da senadora Fátima Cleide (PT-RO) que trata

da regulamentação do exercício profissional de acupunturista.

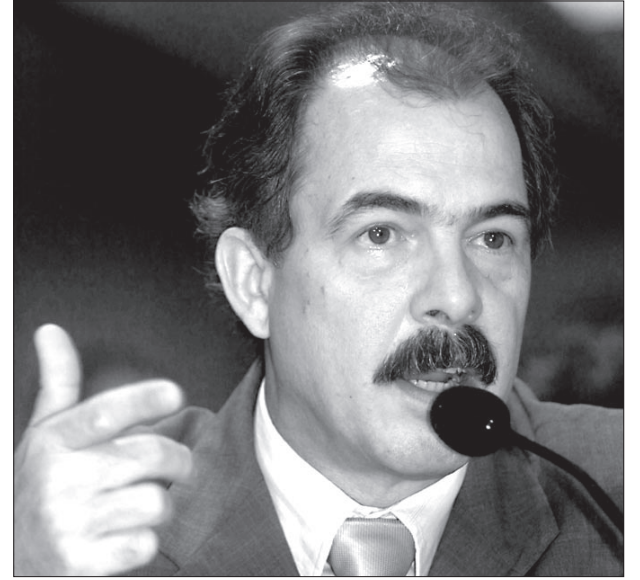
Por sugestão da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), vai ocorrer um debate sobre projeto de lei do senador Tião Viana (PT-AC) que dispõe sobre a oferta e o ressarcimento de procedimentos terapêuticos e a dispensação de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Já por proposta de Paulo Paim (PT-RS), a CAS e a CDH

debaterão questões relativas à melhoria nas condições de vida, trabalho, salário, segurança e saúde dos trabalhadores das indústrias produtivas de álcool.

O sexto requerimento aprovado, da senadora Fátima Cleide, propõe audiência pública para instruir o PLS 478/03, do senador Demostenes Torres (DEM-GO), que amplia as penas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

JUSTIÇA



CCJ aprova relatório de Jarbas Vasconcelos com emenda de Epitácio Cafeteira que amplia medida punitiva. Proposta de Mercadante, no mesmo sentido, passa na CDH

Pena dobrada para crime com menor

Integrantes de quadrilhas ou bandos armados que utilizarem menores de 18 anos de idade em ações criminosas terão as suas penas dobradas. O aumento da punição foi decidido na quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), ao aprovar projeto da Câmara (PLC 9/07). O texto segue para exame do Plenário.

O relator, Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), acolheu emenda de redação do senador Epitácio Cafeteira (PTB-MA) que dobra também a pena para o adulto – mesmo não integrante de quadrilha ou bando – que utilizar menores, armados ou não, em ações delituosas. O projeto agrava

ainda a pena do adulto que admitir a participação de um menor em conduta delituosa, mesmo de natureza acessória.

No mesmo sentido, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) acolheu projeto (PLS 118/03) de Aloizio Mercadante (PT-SP) que define como crime o ato de utilizar, induzir, instigar ou auxiliar criança ou adolescente a praticar ou participar de atividades criminosas.

O relatório da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), lido pelo relator *ad hoc*, César Borges (DEM-BA), salienta que a proposta atende à necessidade atual de uma legislação mais severa a quem induz menores à prática de crimes.

Comissão criou grupo antiviolência

Diante da escalada da violência, os senadores criaram dentro da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) um grupo de trabalho para discutir e fazer propostas na área de segurança. O grupo começou a funcionar em 28 de fevereiro, composto por seis titulares e dois suplentes. Tem à frente o próprio presidente da CCJ, senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA), e como relator o senador Demostenes Torres (DEM-GO). Os integrantes fixaram um prazo de 45 dias para apresentar um pacote de propostas antiviolência, o que deve ocorrer até 12 de abril.

Já o debate especificamente sobre a possibilidade de redução da maioridade penal ganhou força após a morte em

fevereiro do menino João Hélio Fernandes, de seis anos, no Rio de Janeiro. Ele não conseguiu sair do carro levado por assaltantes e foi arrastado por sete quilômetros, preso ao cinto de segurança.

Um adolescente de 16 anos e quatro adultos foram presos pelo crime. No último dia 22, o adolescente recebeu a medida socioeducativa mais grave permitida pela legislação brasileira: a internação em um instituto para jovens infratores. O período, porém, não foi determinado – o máximo é de três anos.

Os quatro maiores envolvidos responderão pelos crimes de latrocínio (roubo seguido de morte) e quadrilha armada. Eles tiveram a prisão preventiva decretada no dia 27 de fevereiro.

Aprovado pela CCJ fim da prescrição retroativa

A Comissão de Constituição de Justiça aprovou mais um projeto que faz parte do pacote antiviolência. É o PLC 19/07, que acaba com a chamada prescrição retroativa. O relator, senador Demostenes Torres (DEM-GO), reconheceu que a proposta é de caráter puramente técnico, mas, notou, irá colocar um ponto final ao que chamou de “grande gargalo da impunidade” dentro do ordenamento jurídico brasileiro, que é a prescrição retroativa. O projeto vai agora a exame do Plenário.

– A título de ilustração, suponha-se que o réu esteja sendo acusado por crime de

Autor do texto, Demostenes diz que medida reduzirá a impunidade

roubo, cuja pena de reclusão é de quatro a dez anos. Antes da sentença, a prescrição pela pena em abstrato é de 16 anos. Se o juiz, ao sentenciar, fixar a pena em quatro anos, e o Ministério Público não apelar para aumentá-la, o prazo prescricional passa a ser de oito anos. Ocorrerá a chamada prescrição retroativa se, entre a data do crime e a data do recebimento da denúncia, ou entre tal recebimento e a sentença de primeiro grau, houver decorrido oito anos – explicou o senador, ao lembrar que, se o processo se alongar, o réu nem sequer será preso. Demostenes apresentou emenda ao projeto original determinando que “a prescrição, depois de transitar em julgado a sentença condenatória, regula-se pela pena aplicada, não podendo, em nenhuma hipótese, ter por termo inicial data anterior à da publicação da sentença ou acórdão”. O projeto também aumenta de dois para três anos o prazo prescricional para os crimes cuja pena máxima prevista seja inferior a um ano.

Projeto agiliza ação contra poder público

Projeto que acaba com a obrigatoriedade do duplo grau de jurisdição em sentenças desfavoráveis à administração pública nas causas de até 500 salários mínimos foi acolhido quarta-feira pela Comissão de Constituição e Justiça. O PLC 6/05 modifica o Código de Processo Civil (Lei 5.869/73) para revogar o artigo 475. Emenda apresentada por Ideli Salvatti (PT-SC) e acatada pelo relator, Pedro Simon (PMDB-RS), definiu o teto de 500 salários mínimos para o fim dessa obrigatoriedade. Sendo assim, somente as sentenças contra União, estados, DF, municípios e respectivas autarquias e fundações de Direito Público, além das sentenças em que julgarem procedentes embargos à execução de dívida ativa da Fazenda Pública, com condenações superiores a 500 salários mínimos, serão obrigatoriamente remetidas ao tribunal para submissão a novo julgamento.

– Essa emenda foi negociada com o autor do projeto – ressaltou Ideli.

Números da lentidão

Cerca de 35 milhões de processos congestionam os tribunais brasileiros, de acordo com a revista *Consultor Jurídico*. Com isso, as ações levam em média oito anos para receber a sentença final. Mesmo na Justiça do Trabalho, considerada mais rápida, o prazo médio de tramitação é elevado: cinco anos. Estima-se que o Poder Executivo seja o maior cliente do Judiciário, responsável por algo entre 60% e 70% das ações em trâmite.

País poderá ter cadastro de crianças desaparecidas

O Brasil poderá ter um Sistema Nacional de Cadastro de Crianças e Adolescentes Desaparecidos. É o que prevê substitutivo de Serys Slhessarenko (PT-MT) a projeto da senadora Roseana Sarney (PMDB-MA) aprovado pela Comissão de Justiça (CCJ).

De acordo com a proposta (PLS 211/04), o sistema será constituído por serviços estaduais de Identificação e Localização de Crianças e

Adolescentes Desaparecidos, que manterão atualizados os cadastros estaduais; e por uma coordenação federal, responsável por um cadastro nacional que deverá fazer a consolidação dos dados fornecidos pelas demais instituições.

Com base na proposta, os cadastros deverão conter todo tipo de informação relevante para a identificação da criança, como nome, data de nascimento, nacionalidade,

residência, fotografia recente e com envelhecimento digital, local onde foi avistada pela última vez e instituições pelas quais eventualmente tenha passado.

Os órgãos responsáveis pelo cadastro deverão funcionar durante as 24 horas do dia, inclusive com central telefônica gratuita (0800) para que possam receber informações que auxiliem na busca da criança desaparecida.

Segundo Serys, o Sistema Nacional de Cadastro vai possibilitar celeridade na busca de crianças e adolescentes desaparecidos.

– A oportunidade da proposição é inquestionável. Aprovada, trará inestimável benefício à sociedade – afirmou Serys. O texto terá decisão terminativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) antes de seguir para a Câmara.



Relatora do projeto, Serys Slhessarenko destaca benefícios da medida para toda a sociedade

COMBATE À CORRUPÇÃO Pena máxima a condenados pelo crime foi ampliada de dez para 18 anos de prisão

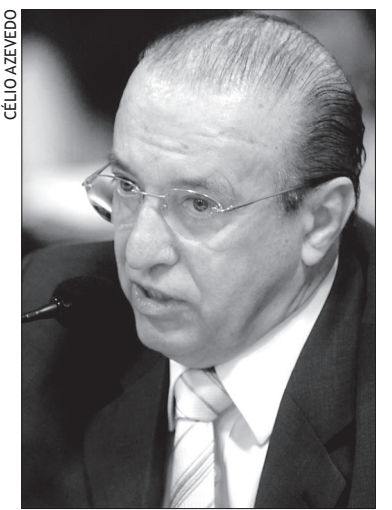
Lei contra lavagem de dinheiro avança

Chamada “terceira geração” de leis contra a lavagem de dinheiro avançou na terça-feira na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O texto aprovado foi o do substitutivo do senador Pedro Simon (PMDB-RS) a quatro projetos que tratam do tema e tramitam em conjunto. Um dos artigos incluídos por Simon amplia de dez para 18 anos a pena máxima aplicável aos condenados pelo crime. Outro eleva o teto da multa que recai sobre empresas que não cumprirem exigências legais para facilitar a apuração desse tipo de ilícito. Hoje no valor máximo de R\$ 200 mil, a multa poderá chegar a R\$ 20 milhões.

Depois de intensa polêmica, o texto de Simon foi aprovado sem o dispositivo que atribua ao Ministério Público (MP) a função de coordenar e orientar o inquérito policial na apuração da lavagem de dinheiro. Prevaleceu o entendimento dos senadores Romeu Tuma (DEM-SP) e Francisco Dornelles (PP-RJ), de que o dispositivo seria inconstitucional. Simon não cedeu, apontando para os sistemas europeu e norte-



O texto de Simon (E) foi aprovado sem o artigo que dava ao MP comando sobre o inquérito policial



Antônio Carlos Valadares é autor do projeto original, acolhido com alterações de Simon

americano. Mas Dornelles apresentou parecer segundo o qual a Constituição dá competência exclusiva à polícia para comandar o inquérito. Na votação, o artigo foi retirado.

O presidente da CAE, Aloizio Mercadante (PT-SP), lembrou que a questão da competência do MP e da polícia no inquérito está para ser julgada no Supremo Tribunal Federal (STF).

O texto segue para a Comissão

de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e ao Plenário, antes de ser enviado à Câmara.

Simon reuniu sugestões de três dos quatro projetos em exame. A aprovação coube ao mais antigo, o PLS 209/03, do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). Estão apensados os PLS 225/06, da CPI dos Correios; 48/05, do então senador Antero Paes de Barros; e 193/06, do senador Romero Jucá (PMDB-RR).

Punição independe de crime anterior

O texto da nova lei contra lavagem de dinheiro aprovado pela CAE passa a admitir a punição dessa prática independentemente do crime que deu origem ao dinheiro ou patrimônio ilícito. Essa foi uma das inovações do texto do relator, Pedro Simon.

As leis de “primeira geração” deram início ao combate à lavagem de dinheiro, tendo como alvo principal o tráfico de

drogas. As de “segunda geração” ampliaram o rol dos crimes associados. Com a “terceira geração”, acabaria a relação. O mecanismo incluído por Simon extingue o conceito de crime antecedente. A legislação vigente – a Lei 9.613, de 1998 – traz uma lista dos crimes que geram enriquecimento ilícito e que, depois, são objeto das ações de lavagem. Na lista, que deixará de existir se o pro-

jeto for aprovado, são incluídos narcotráfico e tráfico de armas e munição.

Outra inovação do texto é a de dar maior garantia aos criminosos que colaborem com a Justiça, com a delação premiada. A delação seria negociada com o juiz e o Ministério Público e mantida sob sigilo, em registro separado dos autos, para evitar vazamento do nome do colaborador.

CAE quer identificar jogadores de loteria

Quem jogar nas loterias de números da Caixa Econômica Federal poderá passar a ser identificado no ato da aposta, por meio do número de Cadastro de Pessoa Física (CPF). É o que determina o PLS 322/04, de autoria do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), aprovado na terça-feira em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O projeto altera a Lei 6.717/79, que trata dos concursos da Caixa.

Segundo Zambiasi, o objetivo é evitar a lavagem de dinheiro proveniente de caixa dois de empresas ou de atividades ilícitas praticadas pelo crime organizado.

O senador explica que o esquema de lavagem de dinheiro com a utilização de apostas de loterias funciona quando o real ganhador aceita vender seu bilhete premiado ao dono da lotérica ou a um dos seus integrantes, que lhe pagam uma quantia superior ao do prêmio, transformando, dessa forma, dinheiro sujo em dinheiro limpo.

“Parece evidente que as loterias da Caixa estejam sendo utilizadas para a lavagem de dinheiro, e que o esquema pode ser desmontado com a simples identificação do apostador por intermédio do CPF”, justifica.

Zambiasi lembra, ainda, que o jornal *Folha de S. Paulo* revelou que, entre março de

1996 e fevereiro de 2002, um mesmo grupo de 200 pessoas venceu 9.095 vezes nos jogos da Caixa.

Emenda aprovada, do senador Cícero Lucena (PSDB-PB), acrescenta a obrigatoriedade do sigilo quanto à identificação dos contemplados. Segundo o parlamentar, sua proposta tem o objetivo de evitar que os ganhadores possam ser expostos e, conseqüentemente, alvo de roubos e seqüestros.

Em seu parecer, o senador Fernando Collor (PTB-AL) afirmou que a aprovação da matéria vai dar mais agilidade e transparência aos concursos de loteria, que deixarão de ser utilizados como “máquinas de lavar dinheiro”. Collor disse ainda que a emenda de Cícero Lucena consolida o projeto ao assegurar maior sigilo aos apostadores premiados.



Segundo Zambiasi, os prêmios de loterias têm sido usados para lavagem de dinheiro

Principais pontos do projeto

Extingue o conceito de crime antecedente e aumenta a penalidade máxima de 10 anos para 18. E penaliza também quem utiliza, na atividade econômica ou financeira, bens, direitos ou valores que sabe ou deveria saber serem provenientes de infração penal.

A colaboração ou a delação será negociada pelo juiz e pelo Ministério Público, mantida em termo separado e sob sigilo.

Penaliza o agente que efetua transações ou operações com o fim de evitar a comunicação obrigatória das transações financeiras.

Nos casos de prisão preventiva, o réu não poderá obter liberdade provisória mediante fiança e nem apelar em liberdade, ainda que primário e de bons antecedentes.

A fiança, quando possível, será fixada proporcionalmente aos bens, direitos e valores envolvidos na infração penal, podendo atingir até o total do valor estimado na prática criminosa.

Quando o juiz decretar a apreensão dos bens, poderá fazê-lo também dos existentes em nome de prepostos.

Inclui a possibilidade de pessoa física para a administração dos bens apreendidos.

Os bens definitivamente tomados serão utilizados pelos

órgãos públicos encarregados da prevenção, do combate, da ação penal e do julgamento dos crimes previstos na lei.

Os instrumentos do crime sem valor econômico, cuja perda em favor da União ou do estado for decretada, serão inutilizados ou doados a museu criminal ou a entidade pública, se houver interesse na sua conservação.

Acrescenta novas pessoas físicas ou jurídicas que podem estar sujeitas à lei, que deverão adotar políticas, procedimentos e controles internos compatíveis com seu porte e volume de operações, manter cadastro atualizado (por 16 anos) e atender às requisições das autoridades competentes

Altera a multa, de 1% até o dobro do valor da operação, ou até 200% do lucro obtido ou que presumivelmente seria obtido pela realização da operação, ou, ainda, multa de até R\$ 20 milhões.



Altera a composição do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), que será composto por servidores públicos, designados em ato do ministro da Fazenda, dentre os integrantes do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários, da Superintendência de Seguros Privados, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, da Secretaria da Receita Federal, da Agência Brasileira de Inteligência, do Departamento de Polícia Federal, dos ministérios das Relações Exteriores, Justiça e Previdência Social, e da Controladoria Geral da União, atendendo à indicação dos respectivos ministros de Estado.

O Banco Central manterá registro centralizado formando o cadastro geral de correntistas e clientes de instituições financeiras, bem como de seus procuradores.

As transferências internacionais e os saques em espécie deverão ser previamente comunicados à instituição financeira, nos termos, limites, prazos e condições fixados pelo Banco Central.

A autoridade policial e o Ministério Público terão acesso aos dados cadastrais do investigado que informam qualificação pessoal, filiação e endereço, independentemente de autorização judicial, mantidos pela Justiça Eleitoral, pelas empresas telefônicas e pelas instituições financeiras.

CCJ pede dados sobre câmbio feito por clubes

O Banco Central terá de encaminhar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a relação de todas as operações de câmbio realizadas no período de 2002 a 2007 pelos clubes de futebol brasileiros e por seus parceiros ou patrocinadores. A decisão foi tomada na quarta-feira pela CCJ, com a aprovação do requerimento do senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

Ele argumentou que seu pedido tem uma justificativa grave:

há suspeita de que as transferências de jogadores de clubes brasileiros para o exterior estejam sendo utilizadas para lavagem de dinheiro e também como meio de evasão de divisas.

Alvaro Dias, que presidiu a CPI do Futebol entre 2000 e 2001, disse que é preciso investigar as transações de venda de jogadores a clubes estrangeiros, já que haveria diferença entre os valores declarados e os que são divulgados pela imprensa.

COMBATE À CORRUPÇÃO Dinheiro lavado anualmente pode chegar a US\$ 1 trilhão e impunidade encoraja criminosos

As três gerações de leis para conter o problema

Os Estados Unidos foram um dos primeiros países a agir contra a lavagem de dinheiro internacional e impuseram internamente diversas normas para controlar o problema, como a Lei de Controle de Lavagem de Dinheiro (Money Laundering Control Act), de 1986.

Essa primeira geração de leis considerava exclusivamente como crime antecedente à lavagem de dinheiro o tráfico de entorpecentes e afins. Até então, os bens, direitos e valores originários de todos os demais delitos ficavam imunes a tentativas de apreensão pela Justiça.

Como revela a procuradora da Fazenda Nacional Neydja Moraes, estudiosa do tema, a segunda geração de leis alargou o rol de crimes antecedentes à lavagem de dinheiro. São os casos de leis aprovadas na década passada e ainda hoje vigentes no Brasil (Lei 9.613/98), Alemanha, Espanha e Portugal.

Em um terceiro momento, nações como Bélgica, França, Itália, México, Suíça e Estados Unidos optaram por conectar lavagem de dinheiro a todo ilícito precedente. O texto aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos alinha o Brasil a essa terceira geração de leis.

As legislações em vigor

Estados Unidos

As primeiras leis remontam à década de 80. Após os atentados de 11 de setembro de 2001, o país tomou para si a tarefa de, nas palavras do secretário-adjunto do Tesouro, Michael Dawson, “reduzir a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo em todo o mundo”. Em outubro de 2004, entrou em vigor o Patriot Act.

Entre as principais medidas, figuram o corte de laços entre os bancos americanos e bancos fictícios em outros países; identificação formal dos clientes; e maior vigilância das contas de co-responsáveis estrangeiros.

Alemanha

Figura no Código Penal entre os crimes contra o Estado democrático de direito e uma legislação adicional enumera quais são os delitos precedentes – referindo-se tanto aos crimes contra a ordem tributária e o mercado, quanto aos praticados por organizações criminosas. Existe a delação premiada e o confisco dos bens.

Espanha

O Código Penal faz referência expressa ao crime de lavagem e prevê: a possibilidade de agravamento da pena se os bens têm origem no tráfico de drogas; a dissolução de empresas envolvidas; e a inabilitação temporária para exercício profissional em caso de envolvimento com lavagem de dinheiro.

França

Além de já constar no Código Penal, o país adotou na década passada uma legislação de terceira geração, que indica como crime antecedente à lavagem a

prática de qualquer delito. As penas de prisão podem chegar a até dez anos, além de sanções adicionais para os culpados.

Itália

Na Itália, a lavagem faz parte do Código Penal desde 1990. Merece destaque a fixação de pena que pode variar de dois a 12 anos, acrescida de multa. Há também a previsão de agravamento da pena em caso de a lavagem ter sido realizada a partir de uma atividade profissional.

Suíça

A lavagem é considerada crime no Código Penal suíço, um dos mais detalhados do mundo em relação a esse delito. A lei de terceira geração inclui amplas obrigações para todas as instituições que exerçam intermediação financeira.

México

Incluída em 1996 no Código Penal, a lavagem é punida com penas de até 15 anos. Consta na norma mexicana a previsão de responsabilidade penal dos empregados das instituições financeiras que prestem ajuda para a lavagem, e de servidores públicos que se omitirem na denúncia ou combate ao crime.

Colômbia

Uma lei aprovada em 1999 incluiu no Código Penal um capítulo relativo à lavagem de dinheiro. Os crimes precedentes podem render pena de até 15 anos.

União Européia

Em 1990, foi aprovada convenção sobre o assunto, com 44 artigos que ampliam o rol dos crimes considerados antecedentes à lavagem.

Prática global do crime tem efeito devastador

Dependendo do organismo internacional usado como fonte, a estimativa sobre o montante de dinheiro lavado anualmente pelo crime organizado em todo o mundo varia de US\$ 500 bilhões a US\$ 1 trilhão. O Fundo Monetário Internacional (FMI) estima que só a lavagem de dinheiro feita pelo narcotráfico situa-se entre 2% e 5% do PIB mundial, ou US\$ 600 bilhões a cada ano. Seja qual for o número, o fato é que os efeitos dessa prática em escala global são devastadores em termos sociais e econômicos, para não mencionar as implicações em aspectos de segurança.

O estudo “Paraísos fiscais, sigilo bancário e lavagem de dinheiro”, que o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (Unodc) publicou há cinco anos, revela que “nos melhores anos, não mais que US\$ 150 milhões são recuperados em ações legais.

E ainda que alguns participantes em esquemas de lavagem sejam condenados, a grande maioria permanece impune”.

A impunidade encoraja os criminosos, que conseguem gastar os lucros sem maiores complicações, considera o estudo da ONU.

Conforme o relatório, países em desenvolvimento, como o Brasil, assumem neste caso um ônus muito elevado, por ainda estarem estabelecendo marcos legais para setores financeiros recentemente privatizados.

A saída é persistir na articulação mundial contra a lavagem de dinheiro e na elaboração de leis que ajudem no combate ao crime organizado.

Reiner Pungs, coordenador de projetos do Unodc no Brasil, aponta legislação aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) como um bom exemplo.



ANTONIO CRUZ/ABR

De acordo com Reiner Pungs, projeto aprovado na CAE facilitará ação da Justiça contra o crime

– A proposta elimina o conceito de crime antecedente na lavagem de dinheiro. A mudança facilitará a ação da Justiça e aumentará processos por lavagem de dinheiro.

Bancos de fachada para ditadores e mafiosos

A década de 90 foi pródiga em exemplos das oportunidades, e imunidades, oferecidas aos esquemas de lavagem de dinheiro pela falta de normas legais e políticas de controle.

Em julho de 1991, o Banco de Crédito e Comércio Internacional (BCCI), criado sob a fachada de ser um banco destinado a oferecer crédito para os países emergentes, entrou em colapso, desvendando o maior esquema até então conhecido e levando à apreensão

de mais de US\$ 12 bilhões oriundos do crime organizado.

Com o episódio, muitas nações se viram forçadas a implementar normas bancárias mais rígidas, que pudessem coibir o uso do sistema financeiro internacional pelos criminosos.

O BCCI era muito mais que um banco de fachada. Os negócios que aconteciam por trás do guichê incluíam o mercado negro para armas nucleares e ouro, legalizavam os lucros dos grandes

cartéis das drogas, custeavam exércitos mercenários e tinham entre seus “correntistas” ditadores como o iraquiano Saddam Hussein e o filipino Ferdinand Marcos.

Menos de seis anos após o escândalo do BCCI, a falência do European Union Bank, uma instituição com sede em Antígua e Barbuda (pequeno país e paraíso fiscal do Caribe), mostrou que a lavagem de dinheiro não estava sob controle e, pior ainda, adquirira nova dimensão com a incorporação de modernas tecnologias para produção das fraudes.

Primeiro banco *offshore* a operar pela internet, o European Union Bank prometia aos seus clientes “os mais rigorosos padrões de sigilo bancário e todas as vantagens financeiras dos mercados *offshore*”.

Fundado por dois cidadãos russos, Serbevo Ushakov e Vietalui Papsouev, o European Union Bank serviu, até a sua quebra, para lavar o dinheiro da máfia russa. Antígua foi classificada pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos como “um dos mais vulneráveis centros financeiros do Caribe” e serviu de base para treinamento de guerrilheiros e entreposto para venda de armas aos cartéis colombianos.



Chefe da máfia italiana procurado por mais de 40 anos, Bernardo Provenzano é preso em abril de 2006, na Sicília

Força-tarefa transnacional auxilia nações

Nos últimos 20 anos, inúmeras organizações envolveram-se na luta contra a lavagem de dinheiro, promovendo a cooperação para assegurar que as instituições financeiras possam enfrentar o problema. A Força-Tarefa de Ações Financeiras é um organismo intergovernamental criado em 1989, resultado de uma reunião do grupo de países mais ricos do mundo,

em Paris. A FATF elaborou 40 recomendações que definem medidas contra o crime.

Nas Nações Unidas, foi criado o Programa Global Contra a Lavagem de Dinheiro, no âmbito do Escritório contra Drogas e Crime da organização. Com a iniciativa, a ONU busca ajudar os países-membros a aperfeiçoar as legislações de combate à ação dos criminosos em seus

sistemas financeiros. Em parceria com a Interpol, a ONU promoverá entre 17 e 20 de abril, na Tailândia, o Congresso Mundial de Crimes Financeiros.

Já o Departamento de Estado norte-americano criou um setor que monitora o problema e elabora anualmente relatório indicando os países em que a lavagem de dinheiro tem maior campo de ação.

Nome surgiu com a ação da máfia norte-americana

A Convenção de Viena contra o Tráfico de Drogas, de 1988, faz referência expressa à lavagem de dinheiro como a conversão, transferência e ocultação da natureza, origem, destino, movimentação ou propriedade verdadeira dos bens decorrentes de atividades ilícitas.

A origem da expressão “la-

vagem de dinheiro” remonta a 1920, quando organizações mafiosas norte-americanas aplicavam em lavanderias parte do capital ilícito. Por caracterizar a transformação do dinheiro sujo em dinheiro limpo, os países passaram a adotar termos que pressupõem “limpeza” para designar a prática do crime.

MEIO AMBIENTE Aterros sanitários representam depósito seguro para a grande quantidade de lixo produzida no país

O desafio de acabar com os lixões

A preocupação com o crescimento descontrolado da quantidade de lixo produzido no país – hoje cerca de 180 mil toneladas/dia, média de quase 1 quilo por habitante – levou a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA) a criar a Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos, que deve ser instalada nesta terça-feira.

Autor do requerimento que criou o colegiado, o senador Cícero Lucena (PSDB-PB) quer que sejam discutidas e analisadas as conseqüências ambientais e sociais dos chamados lixões – que deveriam ser substituídos pelos aterros sanitários, que garantem a confinação segura do lixo e, portanto, permitem o controle da poluição ambiental e a proteção à saúde pública. Para o senador, as prefeituras precisam trabalhar com projetos de reciclagem e aproveitar o lixo na produção de energia elétrica, possível, por exemplo, com o aproveitamento do metano produzido nos lixões.

– O aproveitamento adequado do lixo significa defesa do meio ambiente e geração de renda – disse a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), lembrando que os aterros sanitários podem gerar lucro com o crédito de carbono.

Para que haja a comercialização do carbono, os gases de efeito estufa são retidos de forma que não sejam lançados no meio ambiente. Isso é revertido em créditos geralmente vendidos para países industrializados que precisam reduzir suas emissões, conforme exigências do Protocolo de Kyoto.

Há 20 anos, a média diária de produção de lixo no Brasil era de 0,6 quilo por pessoa, sem contar que a população era de aproximadamente 140 milhões de brasileiros, o que gerava

uma montanha de 84 mil toneladas/dia, 114% a menos que atualmente.

Os problemas relacionados à destinação e à reutilização dos resíduos sólidos ainda estão atrelados à falta de uma legislação federal sobre o assunto, que aponte diretrizes para os trabalhos. Nesta semana, a expectativa é de que o Executivo encaminhe à Câmara dos Deputados um projeto de lei instituindo a Política Nacional de Resíduos Sólidos. O senador Romeu Tuma (DEM-SP) foi designado relator, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), do PLS 265/99, do ex-senador Lúcio Alcântara, que trata do mesmo assunto (*leia mais abaixo*).

Membro da diretoria de Resíduos Sólidos da Associação Interamericana de Engenharia Sanitária e Ambiental (Aidis) e



Subcomissão proposta por Cícero Lucena irá debater gestão de resíduos sólidos

professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Darci Campani lembra que o primeiro projeto de lei que tratava do assunto surgiu no Senado em 1990. Depois a Câmara criou uma comissão especial para tratar do tema, mas após várias legislaturas os projetos existentes

acabaram engavetados. – Sem embasamento legal, fica difícil trabalhar. Hoje as prefeituras têm dificuldades para cobrar determinados procedimentos das empresas privadas, já que não existe uma lei nacional – diz.

Segundo o professor, a saída para a destinação dos resíduos sólidos é a gestão compartilhada, em que cada cidadão, empresa e órgão público faça sua parte. Campani explica que a Aidis defende a diretiva europeia de que nenhum resíduo que possa ser reaproveitado vá para o aterro sanitário.

– O projeto que está na Casa Civil e que será encaminhado à Câmara não chega a tanto, mas já é um grande avanço – avalia.



Lixão da Estrutural, em Brasília: nova legislação federal pode ajudar o país a mudar essa realidade

PAC prevê soluções para resíduos sólidos

Com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), 12 regiões metropolitanas do país serão priorizadas nas ações que tratam de resíduos sólidos. Dos R\$ 40 bilhões destinados a saneamento (R\$ 32 bilhões do governo federal e R\$ 8 bilhões de contrapartida de estados, municípios e setor privado), até 12% serão destinados a iniciativas de tratamento e reaproveitamento do lixo.

– Vamos estimular a gestão associada. Todos os estados e os municípios dessas regiões metropolitanas serão envolvidos. A proposta é que sejam realizados mutirões para que haja agilização na liberação ambiental dos projetos e com isso possamos desembolsar os recursos até o próximo ano e acompanhar as obras em 2009 e 2010 – explica Nadja Limeira, gerente de

projetos de resíduos sólidos do Ministério das Cidades.

Serão atendidas as regiões metropolitanas de São Paulo, Baixada Santista, Campinas, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Fortaleza, Salvador, Belém, Curitiba, Porto Alegre e Distrito Federal. A proposta é investir em aterros sanitários, unidades de reciclagem, centrais de transbordo, postos de trabalho para catadores de lixo reciclável, entre outras ações que permitam acabar definitivamente com os lixões.

– O problema dos resíduos sólidos não se resolve apenas com obras físicas, mas com ações multissetoriais. Com esses recursos e propostas não há prefeito que se negue a consorciar-se com outros para ter seu município atendido – diz a gerente.

Uma série de outras ações

estão sendo desenvolvidas pelo Ministério das Cidades, em parceria com outros ministérios, como o do Meio Ambiente, e vários órgãos. Entre elas, a parceria com um instituto de pesquisa para desenvolver equipamentos adequados para operações nos aterros sanitários localizados em municípios de pequeno porte.

– Não se pode fazer um aterro sanitário e largar. É preciso monitorar todos os dias para que não vire um lixão. Por isso ajudamos, para que tenham equipamentos adequados e pessoal capacitado – explica Nadja Limeira, ao dizer que o ideal é que os aterros sejam compartilhados por municípios vizinhos, por meio de consórcios.

Desde o ano passado, está em vigor a lei que determina que todos os órgãos federais no país promovam a coleta seletiva e que esse material seja doado a catadores em um processo organizado.

Materiais podem retornar às indústrias

Há expectativa de que a Câmara dos Deputados receba esta semana projeto de lei do Executivo que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, com diretrizes gerais para União, estados e municípios.

Como diretriz fundamental, o projeto trabalha com os três “R”: recuperação, reciclagem e reutilização do lixo. A proposta é envolver a todos na gestão integrada de resíduos sólidos, em iniciativas que promovam a proteção da saúde pública, minimizem os impactos ambientais, gerem emprego e renda para categorias como a dos catadores de lixo, e estimulem o consumo de produtos derivados de materiais reciclados, entre outras.

Há um ano em análise na Casa Civil, o projeto incentiva a aplicação da logística reversa, em que se trabalha com ações

e procedimentos destinados a facilitar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos aos seus geradores.

– Esses resíduos serão tratados ou reaproveitados na forma de novas matérias-primas e retornarão às indústrias – explica Silvia Astolpho, gerente de Gestão Ambiental Urbana e Regional do Ministério do Meio Ambiente.

No Senado tramita desde 1999 o PLS 265, que também trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos, do então senador Lúcio Alcântara. Escolhido como relator do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador Romeu Tuma (DEM-SP) pretende apresentar seu relatório nas próximas semanas, mas não

adianta qual será seu parecer.

– Estamos em contato com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e com o Ministério das Relações Exteriores, em razão de questões relacionadas à Organização Mundial do Comércio (OMC). Independentemente desse novo projeto do Executivo, o que tramita no Senado será votado, até porque é muito mais antigo – afirma Tuma.

Na avaliação de Silvia Astolpho, todos as propostas que já tramitaram no Congresso Nacional pecam por apresentarem especificidades que seriam definidas por estados e municípios, e não pela União, responsável apenas pela definição das diretrizes nacionais.

A lógica da reciclagem



O que é a logística reversa, proposta pelo Executivo?

São ações que facilitam a coleta e restituição dos resíduos sólidos aos seus geradores, para que sejam tratados ou reaproveitados na forma de novas matérias-primas, em seus processos produtivos ou por terceiros, visando a não-geração de rejeitos.

MEIO AMBIENTE Apesar de o Brasil ser líder no reaproveitamento de alumínio, outros materiais ainda são mal aproveitados

Reciclar gera emprego e qualidade ambiental

O Brasil é referência mundial em reciclagem de latas de alumínio. Em 2005, conforme dados da Associação Brasileira de Alumínio (Abal), 96,2% das 9,7 bilhões de latas utilizadas foram recicladas, um mercado que movimentou R\$ 1,6 bilhão, envolvendo mais de 130 mil sucateiros.

O alumínio de uma lata que sai da fábrica leva aproximadamente 30 dias para voltar ao mercado como matéria-prima para uma outra lata. Nesse processo de reciclagem total da embalagem, são consumidos apenas 5% da energia elétrica necessária para a produção primária do alumínio a partir da bauxita.

Esses números refletem um mercado que se consolidou na informalidade, mas que gera benefícios inegáveis para uma massa até então desempregada, para a qualidade ambiental e para a economia. Apesar do crescimento desse mercado, os percentuais ainda não são tão expressivos quando se pensa em outros materiais. Em 2004, os índices de reciclagem de alumínio foram de 95,7%, mas os percentuais são de 47% para vidro, 45,8% para papel, 26% para aço e 16,49% para plástico.

Para Eduardo Bernhardt, consultor ambiental na Associação Ecológica Ecomarapendi, que executa o projeto Recicloteca – um centro de informação sobre reciclagem e meio ambiente, no Rio de Janeiro –, tem aumentado significativamente o interesse da população brasileira em colaborar com o reaproveitamento do lixo, mas “ainda não é algo que está arraigado na maior parte dos cidadãos”.

– Ainda faltam programas educativos, legislação e mais organização dos setores envolvidos – explica o consultor. No ano passado houve queda no valor do material a ser reciclado, em parte causada por variações do preço dos materiais no mercado internacional.

De repente as fábricas de reciclagem se depararam com um grande problema: a falta de matéria-prima. Isso porque os catadores recolhiam os recicláveis, mas os guardavam o máximo de tempo possível à espera de melhora nos preços.

– Além disso, surgiram outras questões, como a variação do dólar, que possibilitou a entrada de produto chinês barato, como os tecidos, empacando o mercado de reciclagem de garrafas Pet que geram a fibra de poliéster – explica Bernhardt.

As latas de alumínio que eram comercializadas, em média, a R\$ 4 o quilo, passaram a R\$ 2,50. As garrafas Pet caíram de R\$ 1 para R\$ 0,20. Isso desmotivou os que pensavam em abrir negócios ligados a reciclagem.

– É preciso trabalhar uma blindagem com relação ao mercado externo, absorvendo, por meio de incentivos, essa dependência. Precisamos racionalizar o uso da matéria-prima e criar regras para as embalagens, garantindo que sejam facilmente processadas – expõe.



Centro de reciclagem em Cuiabá: em 2005, país reutilizou 96,2% das 9,7 bilhões de latas descartadas

Curitiba: inteligência no trato do lixo

Curitiba é, sem dúvida, espelho nacional quando se pensa em tratamento e reaproveitamento de resíduos sólidos. Uma das primeiras cidades do país a implantar a coleta seletiva do lixo, o município experimenta desde janeiro a reciclagem do óleo de cozinha com a participação de boa parte do 1,7 milhão de habitantes.

A logística para recolhimento de garrafas Pet (de plástico) com o óleo de cozinha, vegetal ou animal, é a mesma implantada há anos para recolhimento de lixo tóxico, como pilhas e baterias de aparelhos celulares. Em 24 terminais de ônibus da cidade,

a prefeitura recolhe uma vez por mês, com data marcada, o lixo tóxico, onde agora a população aproveita para entregar também o óleo de cozinha.

– Um litro de óleo contamina mil litros de água. Isso representa 20% do custo de tratamento do esgoto – expõe o secretário municipal de Meio Ambiente de Curitiba, José Antônio Andreguetto.

Ele lembra que, quando jogado no ralo ou em tubulações pluviais, o óleo se solidifica, ajuda a entupir os encanamentos, gera mau cheiro e atrai animais nocivos. No município, o óleo recolhido é repassado a uma empresa que produz sabão, sabonete ou é transformado em biocombustível.

– Também estamos estimulando os grandes serviços de alimentação, como restaurantes, a participar do projeto – diz.

A prefeitura realiza também há algum tempo o Programa Câmbio Verde. Em 78 pontos da cidade, em áreas mais carentes, os moradores

podem trocar o lixo reciclável, como latinhas de alumínio, garrafas plásticas e papelão, e ainda o óleo de cozinha usado, por gêneros alimentícios, em especial hortifrutigranjeiros.

O Instituto Pró-Cidadania é responsável por selecionar na usina de melhoramento de rejeitos todo o material reciclável recolhido pelos lixeiros. No município, os moradores só precisam separar o lixo orgânico do não-orgânico. Na usina, o material é comercializado ou trocado por outros produtos que são utilizados em programas sociais da prefeitura.

Curitiba produz 500 toneladas/dia de lixo reaproveitável, ou seja, algo em torno de 20% a 22% do total de lixo é reciclado. Até o final do ano 2009, o aterro sanitário da cidade terá atingindo sua capacidade máxima, por isso será lançada uma licitação para que seja oferecida uma nova tecnologia, dando ao lixo orgânico uma destinação mais adequada.

– Uma proposta é construirmos uma usina de compostagem que nos permitirá aproveitar quase todo o lixo. Também estamos estudando um edital para licitar a concessão do aterro para a produção de crédito de carbono – explica Andreguetto.



Em Curitiba, o caminhão da prefeitura recolhe o óleo de cozinha uma vez por mês nos 24 postos determinados

Veja alguns índices de reciclagem de lixo em matéria-prima

A separação entre lixo orgânico e não-orgânico pela coleta seletiva só está estruturada em 10% das cidades brasileiras.

Plástico

2004	Brasil
Produção de plástico (milhões de toneladas)	2,1
Reciclagem (milhões de toneladas)	0,35
Índice de reciclagem (%)	16,49

Fonte: MaxiQuim Assessoria de Mercado (2004)



Papel

Discriminação	2000	2003	2004
Consumo de papel (milhões de toneladas)	6,8	6,7	7,3
Reciclagem (milhões de toneladas)	2,6	3,0	3,3
Índice de reciclagem (%)	38,3	44,7	45,8

Fonte: Bracelpa



Latas de alumínio

Discriminação	2003	2004	2005
Latas consumidas (bilhões de unidades)	9,3	9,4	9,7
Latas recicladas (bilhões)	8,2	9,0	9,4
Índice de reciclagem (%)	89	95,7	96,2

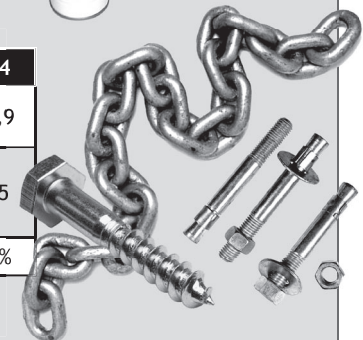
Fonte: Associação Brasileira de Alumínio (Abal)



Aço

Discriminação	2003	2004
Aço produzido (milhões de toneladas)	31,1	32,9
Volume de sucata usada para produção de aço (milhões de toneladas)	8,1	8,5
Índice de reciclagem (%)	26%	26%

Fonte: IBS



Vidro

Discriminação	2003	2004
Capacidade instalada de produção (milhões de toneladas)	1,3	1,2
Volume reciclado (milhões de toneladas)	0,40	0,42
Índice de reciclagem	45%	47%

Fonte: Abividro



MEIO AMBIENTE Audiências públicas e sistematização de propostas orientam trabalho de comissões

GREENPEACE/STEVE MORGAN



Derretimento de geleiras e conseqüente aumento no nível do mar preocupam os parlamentares

Grupo ouve cientistas sobre aquecimento

A comissão mista especial destinada a monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas dá início nesta segunda-feira, em São José dos Campos (SP), a uma série de reuniões e audiências públicas em diversas regiões do país para discutir o aquecimento global com acadêmicos, representantes de órgãos governamentais, do setor produtivo e de organizações não-governamentais.

O objetivo dos encontros é reunir as sugestões dos pesquisadores em propostas a serem apreciadas pela comissão antes da apresentação do relatório final, prevista para dezembro, de acordo com plano de trabalho apresentado pelo relator do colegiado, senador Renato Casagrande (PSB-ES), aprovado na última quarta-feira.

Nesta primeira reunião, em São José dos Campos, serão ouvidos cientistas do Instituto Nacional de Pesquisas Especiais

(Inpe) e pesquisadores brasileiros que participaram do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, das Nações Unidas (IPCC).

Estudo feito pelo IPCC aponta alterações climáticas que ocorrerão em conseqüência da poluição gerada pela ação humana, como a elevação da temperatura terrestre e do nível dos oceanos.

Ainda em abril, será realizada em Brasília audiência pública com os ministros da Ciência e Tecnologia, Minas e Energia e Desenvolvimento Agrário, além do presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

A comissão também quer ouvir representantes do setor florestal, agropecuário, elétrico, de petróleo e gás, de saneamento e transportes.

Fundo ambiental poderá ser proposto por comissão

Entre as proposições que tramitam no Legislativo, de acordo

com o senador Jefferson Péres (PDT-AM), encontra-se a proposta de emenda à Constituição (PEC) que cria o Fundo Ambiental de Desenvolvimento da Amazônia.

A matéria foi aprovada pelo Senado há cinco anos e aguarda apreciação da Câmara.

O Brasil não sabe o que fazer com a Amazônia, que tipo de modelo de desenvolvimento implantar na região. O fundo é ao mesmo tempo uma tentativa de traçar diretrizes e criar instrumentos nessa direção – afirmou Jefferson.

Os senadores criaram ainda um grupo de sistematização para reunir as propostas relativas ao meio ambiente que tramitam no Legislativo e que podem ser apreciadas pela Câmara e pelo Senado.

O grupo é composto por Jefferson Péres e os deputados Fernando Gabeira (PV-RJ) e Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), mas poderá ser ampliado.

Ministros discutem uso de biocombustíveis

A Subcomissão dos Biocombustíveis, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, aprovou requerimento do seu presidente, senador João Tenório (PSDB-AL), para a realização de audiência conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) com o objetivo de discutir a produção e a comercialização dos biocombustíveis. De acordo com o requerimento, o debate deverá contar com a presença dos ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, e de Minas e Energia, Silas Rondeau.

João Tenório aceitou proposta do vice-presidente da subcomissão, senador Sibá Machado (PT-AC), para que as audiências públicas propostas pelo colegiado sejam em conjunto com outras comissões interessadas em debater as diversas questões relativas aos biocombustíveis. Sibá citou como exemplo a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

A subcomissão aprovou ainda outro requerimento de João Tenório para realização de debate com diretor da Petrobras, Paulo Roberto Costa, e do ex-ministro Roberto Rodrigues.

Senado reutiliza água usada para lavar carros

Com objetivo de preservar o meio ambiente, o Senado está reutilizando, desde outubro de 2006, a água usada para a lavagem de veículos oficiais, informou a Coordenação de Transportes da Casa (Cotran). A medida, além de ambientalmente correta, representa considerável redução de custos. De acordo com a Cotran, o consumo total de água do setor de transporte do Senado caiu de 1.541 metros cúbicos em agosto de 2006 para 712 em outubro – quando houve a implantação das primeiras etapas do sistema – e chegou a apenas 406 metros cúbicos em fevereiro de 2007.

Para reutilizar a água, o setor de transportes instalou uma pequena estação de tratamento. A água da lavagem de um carro é coletada e encaminhada à estação, onde é tratada e usada novamente. Esse processo se repete ininterruptamente. A instalação do sistema, feita em etapas, e os últimos pontos estão sendo interligados neste mês.

O Senado planeja diminuir ainda mais o consumo de água, informa a Cotran. Para isso, estuda a integração do sistema de reutilização com o de irrigação dos gramados.

Collor prega engajamento para redução de emissões

O presidente da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, senador Fernando Collor (PTB-AL), pediu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que determine o “engajamento absoluto” do governo no esforço de redução da emissão, pelo Brasil, dos gases que causam o efeito estufa. Em sua opinião, o país deveria deixar de lado as “declarações de intenções” e partir para a elaboração de uma proposta efetiva a ser apresentada à comunidade internacional.

O encontro com os líderes do G-8 poderá ser um bom momento para que o presidente Lula mostre que o Brasil não tem receio de estar na vanguarda desse processo – disse, referindo-se à reunião prevista para junho entre o grupo das oito nações mais industrializadas e cinco países emergentes, entre os quais o Brasil.

A sugestão foi apresentada por Collor durante reunião da Comissão Mista de Mudanças Climáticas com duas subcomissão do Senado: a que funciona no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida pelo senador, e a Subcomissão Permanente sobre Aquecimento Global, ligada à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). O senador

solicitou ainda ao governo que mantenha representantes nos encontros da comissão e das subcomissões dedicadas ao estudo das mudanças climáticas.

Em resposta, o secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, presente à reunião, disse que o presidente da República está consciente da necessidade de participação especial do Brasil nas discussões internacionais. “Ele tem clareza de que deve liderar o processo”, salientou.

De acordo com o Protocolo de Kyoto, lembrou o secretário, apenas os 41 países incluídos no chamado Anexo 1 – os desenvolvidos e os antigos países socialistas – têm metas a cumprir na redução de emissão de gases do efeito estufa. Esses 41 países emitem atualmente 16,6 bilhões de toneladas desses gases. Os 122 países em desenvolvimento incluídos no Anexo 2, entre eles o Brasil, são responsáveis por 11,9 bilhões de toneladas.

Ainda que não tenha metas obrigatórias, o Brasil vem adotando medidas para reduzir suas emissões, relatou o secretário. Entre elas, destacou a redução em 50% nos desmatamentos da Amazônia nos últimos dois anos – por meio da qual o país deixou de emitir 400 milhões de toneladas de CO₂ na atmosfera.



Deputado Eduardo Gomes (E) e os senadores Casagrande e Collor ouvem o secretário de Biodiversidade, João Paulo Capobianco

Casagrande quer debater política ambiental com Lula

O relator da Comissão Mista do Aquecimento Global, senador Renato Casagrande, anunciou na quarta-feira que solicitou audiência com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para debater a política brasileira direcionada à preservação ambiental. O parlamentar afirmou que o encontro dos integrantes da comissão com o presidente da República será importante para ressaltar a importância da participação do Brasil no debate internacional sobre o aquecimento do planeta.

O Congresso Nacional já vem dando demonstração clara de sensibilidade em relação ao tema – disse Casagrande durante

reunião conjunta da comissão mista com as duas subcomissões do Senado que analisam o aquecimento global.

Ainda na reunião, o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) salientou que o governo brasileiro vem agindo “com muito rigor”, nos últimos anos, na área do meio ambiente. Ele afirmou que o país precisa optar por um crescimento sustentável e defendeu a adoção, por exemplo, de combustíveis alternativos para o transporte público. O senador Mão Santa (PMDB-PI), por sua vez, sugeriu a Casagrande que estimule os municípios de todo o país a criarem secretarias do Meio Ambiente.

CÉLIO AZEVEDO

MEIO AMBIENTE

Amorim apóia a Rio+20 no Brasil

O governo poderá adotar a proposta – defendida por diversos senadores – de realização em 2012, no Brasil, de uma nova conferência internacional sobre meio ambiente, a Rio + 20, segundo afirmou na quinta-feira o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Em audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida pelo senador Heráclito Fortes (DEM-PI), Amorim também discutiu a sugestão de se criar uma agência internacional de meio ambiente, que seria localizada no país.

Além de proporcionar uma oportunidade para discussão dos temas da agenda mundial sobre meio ambiente, segundo afirmaram diversos senadores durante a audiência, a Rio + 20 abriria a possibilidade de revisão das

metas de redução da emissão de gases do efeito estufa, estabelecidas no Protocolo de Kyoto, que vencem em 2012.

– Poucos países terão a credibilidade e a legitimidade do Brasil para atrair uma conferência como essa – disse Amorim, em resposta a questionamento apresentado pelo senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), autor do requerimento de realização da audiência pública.

Aloizio Mercadante (PT-SP) defendeu a transformação do atual Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) em uma agência da Organização das Nações Unidas (ONU), com sede no Brasil. O ministro rebateu a sugestão e defendeu a permanência na África da sede do Pnuma ou da agência que vier a substituí-lo.

– Retirá-lo de lá seria um desserviço a um continente que precisa de apoio – argumentou.

Fernando Collor (PTB-AL) ponderou que algum outro órgão internacional poderia ser instalado na África, em compensação pela perda da organização ligada ao meio ambiente. Amorim admitiu então rever sua posição, se for encontrada uma compensação para o continente africano.

Durante o debate, Paulo Duque (PMDB-RJ) defendeu a soberania da Amazônia, que estaria em perigo, a seu ver, após críticas internacionais ao desmatamento na região. Romeu Tuma (DEM-SP), por sua vez, anunciou posição contrária à importação de pneus usados da Europa.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) relatou a preocupação demonstrada pelo presidente da Alemanha,



Em audiência na CRE, presidida por Heráclito (D), Celso Amorim diz que Brasil tem credibilidade para atrair a conferência da ONU

nha, Horst Köller, em recente visita ao Brasil, sobre a possibilidade de o governo brasileiro seguir as opções políticas do presidente da Venezuela, Hugo

Chávez. Em resposta, Amorim – chamado pelo senador Mão Santa (PMDB-PI) de “melhor ministro” do governo – disse que “cada país tem o seu caminho”.

HOMENAGEM

ALERTA - Segundo Pedro Simon (PMDB-RS), a campanha da CNBB é um “grito contra a cobiça internacional”. Ele disse temer que estudo da ONU sobre aquecimento global possa arranhar a soberania do Brasil na Amazônia.

COMPETÊNCIA - Os governantes brasileiros devem ser “competentes na administração da Amazônia” e enxergar a região como “área estratégica para o país”, afirmou o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM).

MOBILIZAÇÃO - Cristovam Buarque (PDT-DF) propôs à CNBB apoiar uma “campanha maior” pela educação no país, que chamou de Educação Já!, a exemplo de outros movimentos sociais, como o das Diretas Já!.

AMEAÇA - Ao saudar a CNBB pela campanha em favor da Amazônia, Jayme Campos (DEM-MT) disse que “ameaçar esse patrimônio biológico e cultural significa atingir um paraíso legado à Humanidade, sob a guarda dos brasileiros”.

PREJUÍZO - Inácio Arruda (PCdoB-CE) advertiu que a destruição da Amazônia pode levar a “perdas inestimáveis para o Brasil e para a Humanidade” e defendeu a ocupação racional da região pelos brasileiros.

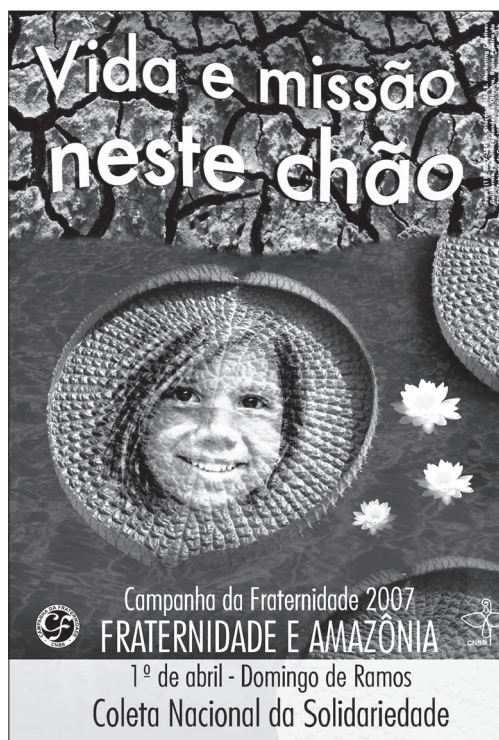
AÇÃO - Se não forem reunidas condições dignas de sobrevivência para os amazônidas, no sentido do desenvolvimento sustentável, o trabalho de preservação da região fracassará, disse Renato Casagrande (PSB-ES).

Homenagem à CNBB por campanha pela Amazônia

O Senado Federal homenageou na terça-feira a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) pela Campanha da Fraternidade deste ano, que tem como tema “Fraternidade e Amazônia – Vida e missão neste chão”. O requerimento para realização da homenagem foi apresentado pelos senadores Flávio Arns (PT-PR) e José Nery (PSOL-PA), e apoiado por outros senadores.

O cônego José Carlos Dias Toffoli, secretário-executivo da CNBB, compôs a Mesa como representante da entidade. Outros religiosos também estiveram presentes no Plenário. O cantor e tecladista Ariosto Lopes interpretou no início da sessão o hino oficial da campanha, e no final a música *Planeta Água*, de Guilherme Arantes. Todos os discursos proferidos foram traduzidos simultaneamente para a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

O objetivo da campanha é alertar as pessoas para o processo de



degradação da região, bem como, segundo o site da CNBB, “conhecer a realidade em que vivem os povos da Amazônia, sua cultura, seus valores e as agressões que

sofrem por causa do atual modelo econômico e cultural”.

Em seu discurso durante a sessão, Flávio Arns mencionou a “atenção e cobiça mundial” que a Amazônia atrai por seus recursos naturais, mas advertiu para os problemas enfrentados por sua população.

Ao parabenizar a CNBB, José Nery afirmou que a entidade tem “enorme e generosa sintonia com as necessidades do povo brasileiro” e ressaltou que a campanha fará com que a região amazônica seja reconhecida como “o maior patrimônio brasileiro”. Também discursaram durante a homenagem outros 14 senadores.

Arns: pobreza contrasta com natureza exuberante

O senador Flávio Arns disse que a campanha convida a sociedade a uma reflexão sobre a realidade complexa da região, na qual a pobreza do povo contrasta com a exuberância da natureza e com a riqueza do subsolo.

Arns ressaltou que vivem na Amazônia “23 milhões de irmãos brasileiros com etnias e culturas bastante diferentes”. Segundo observou, há na região 163 povos indígenas, os quais somariam 208 mil pessoas; milhares de descendentes de escravos; povos ribeirinhos; além de inúmeros migrantes, colonos e posseiros.

FUNDO - O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) defendeu a criação de um fundo ambiental para financiar ações de preservação do meio ambiente no Brasil. A idéia é instituir um imposto de cerca de 1% sobre o valor das importações.

APELO - Flexa Ribeiro (PSDB-PA) solicitou à CNBB, por meio de seu secretário-executivo, cônego José Carlos Toffoli, que apóie pedido ao governo para liberação de verba destinada ao zoneamento econômico-ecológico da Amazônia.

Iniciativa favorece defesa da floresta, diz José Nery

José Nery ressaltou que o tema escolhido pela CNBB para a Campanha da Fraternidade deste ano irá contribuir para a conscientização da sociedade sobre a importância da defesa e da preservação da Amazônia e de sua biodiversidade.

O senador criticou o modelo de desenvolvimento da região, em especial o agronegócio, que destrói florestas para plantação de soja, disse.

– As conseqüências dessa política agrícola ainda não foram totalmente mensuradas. Até 2004, cerca de 1,2 milhão de hectares de florestas foram transformados em plantações de soja – frisou.

PROTEÇÃO - O senador Mão Santa (PMDB-PI) ressaltou, durante a homenagem à CNBB, que a Amazônia, como toda a natureza, é um presente de Deus ao homem, motivo pelo qual deve ser protegida com todo o cuidado.

RESPEITO - Em pronunciamento no Plenário, Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que as águas, a vida vegetal, os animais e os seres humanos da Amazônia merecem o respeito e a atenção de todos os brasileiros, principalmente dos parlamentares.

EQUILÍBRIO - Para o senador Sibá Machado (PT-AC), a campanha promovida pela CNBB “não poderia ocorrer em melhor momento”. Ele disse esperar “que a reflexão a que nos convida a CNBB leve a um novo modelo para a exploração da Amazônia”.

ELOGIO - Presidindo a sessão de homenagem à Campanha da Fraternidade 2007, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou que o tema escolhido, “Fraternidade e Amazônia”, vai ao encontro das preocupações mundiais com a preservação do meio ambiente.

PERTINÊNCIA - Para Marco Maciel (DEM-PE), as campanhas promovidas pela CNBB “têm demonstrado grande sintonia com a realidade”. O parlamentar ressaltou que a campanha deste ano “chegou praticamente no mesmo momento” que os alertas sobre o aquecimento global.

RELEVÂNCIA - Paulo Paim (PT-RS) destacou o papel das campanhas da fraternidade na conscientização para importantes problemas sociais como a situação do negro (1988), a educação (1998), o desemprego (1999) e as drogas (2001).

COMISSÕES



Parlamentares e ativistas debatem a tipificação como crime da discriminação contra homossexuais

Grupo discute projeto sobre homossexuais

O projeto de lei que tipifica como crime a discriminação contra os homossexuais começou a ser discutido na última quinta-feira pelo grupo de trabalho criado para esse fim pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

A senadora Fátima Cleide (PT-RO), que coordena o grupo, defende a proposta (PLC 122/06) aprovada na Câmara em novembro do ano passado e agora em tramitação no Senado. Já o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), que também integra o grupo e é evangélico, faz várias críticas ao projeto, apesar de ressaltar que respeita os homossexuais.

Na reunião, o deputado federal e pastor evangélico Henrique Afonso (PT-AC) declarou que “é evidente que temos de criminalizar o preconceito”, mas questionou como será tratada “a liberdade de uma pessoa que professa sua religiosidade e não concebe essa prática [homossexual] a partir de seus valores”.

Em resposta, o publicitário Caio Varela, assessor da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT), frisou

que “este não é um debate no qual se opõem evangélicos e homossexuais, inclusive porque estes últimos também vão à igreja”. Ele afirmou que a proposta em tramitação no Senado “trata, na verdade, da discriminação que leva uma pessoa a ser assassinada, a ser excluída de uma escola ou de um emprego”.

Varela argumentou que o objetivo do projeto não é obter privilégios, mas garantir direitos. E destacou ainda que o posicionamento contra a discriminação dos homossexuais, tanto da Igreja Católica como das evangélicas, representa “um avanço fabuloso”. De acordo com ele, existem no Brasil aproximadamente 18 milhões de homossexuais.

Representando a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) na reunião, o padre Cláudio Antônio Delfino também reprovou qualquer forma de preconceito contra os homossexuais. Porém disse que, para a Igreja Católica, “o ato enquanto tal [de um relacionamento entre

personas do mesmo sexo] causa uma desordem na natureza”.

O padre Delfino declarou ainda que a Igreja Católica também é discriminada quando se posiciona sobre o assunto, “como se defendesse um dogmatismo religioso irracional”.

– Mas a verdadeira fé e a verdadeira racionalidade não se contradizem – argumentou.

Já o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) afirmou que nem sempre encara a igreja como instituição que age conforme a pregação de Jesus Cristo.

– Por outro lado, a Igreja Católica conquistou o meu respeito por criar a Pastoral da Criança e a Pastoral da Terra – ressaltou o senador, acrescentando que “ficaria feliz se a instituição criasse uma pastoral dos homossexuais”.

Também participaram da reunião Ivair Augusto dos Santos, assessor especial da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, vinculada à Presidência da República; e Toni Reis, presidente da ABGLT.

**Discriminação
leva a exclusão
e assassinatos,
lembra assessor
de entidade**

Sustentabilidade poderá ser critério em licitações públicas

Projeto do senador Tião Viana (PT-AC) que determina a aplicação de critérios de sustentabilidade ambiental para desempate em licitações promovidas pelo poder público foi aprovado pela Comissão de Meio Ambiente (CMA). O PLS 25/07 segue para decisão terminativa da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Pelo projeto, no caso de potencial dano ambiental, o edital poderá também incluir requisitos a serem exigidos dos licitantes. Para Sibá Machado (PT-AC), designado relator, o custo de aquisição de bem ou serviço ambientalmente sustentável, mesmo quando superior ao de um concorrente, será muito menor que o custo de reparação, na hipótese de ocorrência de dano.

Ideli preside frente parlamentar em defesa do carvão

A líder do PT, Ideli Salvatti (SC), assumiu na terça-feira a presidência da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Carvão Mineral, para o biênio 2007/2009, em substituição a Sérgio Zambiasi (PTB-RS). Criada em 2005, a frente tem como objetivos estimular e colaborar para a inclusão do carvão mineral como “importante alternativa à matriz energética nacional”. De acordo com a senadora, a inclusão de usinas termoelétricas entre os projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é um dos fatores que devem ampliar a presença do carvão mineral no setor energético. Outros são a viabilidade do carvão para a produção de gás e a descoberta de jazidas no Maranhão.

Comissão quer ouvir Inbra sobre retomada de terras

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou requerimento do seu presidente, Joaquim Roriz (PMDB-DF), para realização de audiência com o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inbra), Rolf Hackbart, sobre vistorias em propriedades rurais sujeitas a ratificação de seus títulos de domínio. Sibá Machado (PT-AC) também subscreveu o requerimento, e disse que a audiência deverá esclarecer o assunto envolvendo posse de terras nas regiões de fronteira. Foi aprovado ainda requerimento de Marisa Serrano (PSDB-MS) solicitando informações sobre a intenção do Inbra de reduzir o número de suas unidades avançadas em Mato Grosso do Sul.

Audiência analisa situação de trens metropolitanos

O sistema de transportes de massa no Brasil vai passar por um grande colapso, “um apagão”, devido ao crescimento urbano, caso o governo não consiga identificar os gargalos na infra-estrutura do setor. A opinião é do presidente da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), João Luiz da Silva Dias. Ele foi um dos convidados da audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), realizada na última quinta-feira, para discutir a situação dos investimentos nos sistemas de trens metropolitanos no país.

Também durante a audiência, os ministros do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, e das Cidades, Márcio Fortes, detalharam os projetos do governo para o setor metroferroviário de transporte de massa do Brasil. Eles lembraram que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) prevê investimentos de R\$ 1,51 bilhão para o setor nos próximos quatro anos.

– A estratégia do governo federal é trabalhar para aumentar a sustentabilidade econômica do sistema, dando prioridade à conclusão de projetos já iniciados e à viabilização da descentralização do setor – explicou Paulo Bernardo.

Já Márcio Fortes disse que o governo deve concluir obras fundamentais para a melhoria das condições de vida da

população, “mas temos que nos preocupar também com a integração da modalidade de transporte com a política de desenvolvimento urbano”.

Minas e Goiás querem seus metrô no PAC

Segundo Amin Alves Murad, diretor-presidente da SuperVia – concessionária de trens urbanos do Rio de Janeiro –, os gastos com energia elétrica representam 25% do custo operacional do setor metroferroviário do país. Por isso, é preciso equilibrar as concessões do setor de energia para reduzir o preço das passagens de trens. O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), autor do requerimento da audiência, afirmou que há mais de uma década que os sistemas de trens no Brasil não têm passado pela evolução necessária para acompanhar o crescimento populacional “explosivo” das cidades.

Vários senadores pediram esclarecimentos sobre os projetos de metrô e trens urbanos em seus estados. A bancada de Minas Gerais anunciou que vai apresentar emenda ao PAC visando ampliar os recursos previstos para o metrô de Belo Horizonte. Já o presidente da CI, Marconi Perillo (PSDB-GO), solicitou aos ministros a inclusão do projeto do metrô de Goiânia no programa.



Participam da reunião na CI: Amin Murad (E), Paulo Bernardo, Marconi Perillo, Márcio Fortes e João Luiz da Silva Dias

Senado debate venda da Ipiranga para Petrobras

A audiência pública sobre a compra do grupo Ipiranga pelo consórcio formado por Petrobras, Braskem e Ultra está prevista para esta quarta-feira, e será promovida de forma conjunta por quatro comissões.

Além das comissões de Assuntos Sociais (CAS), Assuntos Econômicos (CAE) e Infra-Estrutura (CI), participará da reunião, a pedido do senador Flávio Arns (PT-PR), a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O requerimento de Arns, aprovado pela CMA, solicita pronunciamento do Conselho Administrativo de Defesa

Econômica (Cade) a respeito da legalidade da venda, “pois a operação pode caracterizar ocorrência de crime contra a ordem econômica”.

O senador afirma já existirem indícios de cartelização no setor de combustíveis, que estariam prejudicando o consumidor brasileiro, mesmo antes da operação.

Com a venda do grupo Ipiranga, a Braskem ficará com 75% da produção brasileira de eteno, também chamado etileno, principal componente básico da produção de polietileno para a indústria de plásticos, “o que agride o princípio da livre concorrência”, argumentou Arns.

AVIAÇÃO Câmara pode instalar CPI para apurar problemas do setor de aviação. No Senado, audiência debaterá o tema



César Borges (E), Sibá e Valter Pereira em reunião da CMA que decidiu realizar audiência pública para ouvir o ministro da Defesa, Waldir Pires, sobre o "apagão aéreo"

VÔO		PORTÃO		DESTINO / Escala		HORA		OBSERVAÇÃO	
Flight	Gate	To/via	Time	Remarks	Time	Remarks	Time	Remarks	
1936	D	Culabá	09:50	Consulte a cia	16:30	Confirmado			
3896	10	Macapá	17:00	Previsto					
3722	12	São Luis	11:15	Consulte a cia					
1721	05	Rio de Janeiro	11:20	Consulte a cia					
1928	03	Macapá	11:27	Consulte a cia					
2625	08	São Paulo	11:35	Consulte a cia					
1959	07	Rio Branco	11:40	Consulte a cia					
1866	06	Manaus	16:48	Previsto					
3600	01	Recife	13:00	Confirmado					
3470	13	Fortaleza	12:35	Consulte a cia					
1898	B	Fortaleza	12:40	Consulte a cia					
1810	B	Recife	17:05	Previsto					
3875	09	Florianópolis	13:15	Consulte a cia					
1901	F	Rio de Janeiro	15:50	Confirmado					
1678	10	Salvador							

Casagrande responsabiliza outros governos

Para Renato Casagrande (PSB-SE), os atuais problemas do setor aeroportuário não resultam unicamente da falta de ação do governo Lula, mas da falta de investimentos no setor por governos anteriores. O senador disse que Lula fez mais investimentos na área que seus antecessores ao promover a modernização de diversos aeroportos do país. Prova disso, segundo ele, é a investigação em curso na Controladoria Geral da União para verificar irregularidades em obras de vários terminais.

– Mas não podemos inocular ou isentar o governo Lula desse episódio – acrescentou. A seu ver, o setor sofre de problemas estruturais de indefinição de gestão, uma vez que é comandado por órgãos diferentes. Segundo ele, entre 2000 e 2006, houve aumento de passageiros, enquanto a frota de aviões teria diminuído em 37%. “E com a compra da Varig pela Gol, haverá nova concentração.”

ACM: “Há prova de negociatas na Infraero”

Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA) cobrou do governo providências para solucionar a crise no setor aéreo e pediu a instalação de uma CPI para investigar o problema.

– Tenho provas cabais das negociatas tenebrosas na Infraero. E se o governo não deixa instalar a CPI, é porque quer encobrir esse furto, e participa dele – acusou. Na opinião do senador, o governo está pagando “o preço político e o preço mesmo” para barrar a CPI na Câmara. Segundo Antonio Carlos, o governo já poderia ter comprado equipamentos, acabado com o que chamou de “greve branca” no controle de tráfego e demitido as autoridades responsáveis, se “não estivesse governando com os amigos”. Mas, acrescentou, faltou autoridade para Lula e ação por parte do ministro da Defesa, Waldir Pires, e da Agência Nacional de Aviação (Anac).

Autoridades do setor aéreo são convidadas a esclarecer crise

Autoridades do setor aeroportuário serão convidadas a falar sobre a atual crise aérea na Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), que aprovou requerimentos de Renato Casagrande (PSB-ES) e de César Borges (DEM-BA) com essa solicitação.

O presidente da comissão, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), convocou reunião para decidir se haverá uma ou duas audiências públicas sobre o assunto. O requerimento de Borges convida o ministro da Defesa, Waldir Pires, e o comandante da Aeronáutica, Juniti Saito. Já Casagrande

propõe ouvir os presidentes da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Milton Zuanazzi; da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), José Carlos Pereira; da Associação Brasileira dos Controladores de Tráfego Aéreo, Wellington Rodrigues; e do Sindicato Nacional das Empresas Aeroaviárias, Marco Antonio Bologna, além do diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, Ricardo Morishita.

Wellington Salgado (PMDB-

MG) afirmou que, como consumidor, quer saber por que precisa esperar horas por um voo. Ele perguntou se é uma questão de equipamento, de salário e de condições de trabalho dos controladores ou de falta de autoridade. Para César Borges, há um problema imenso no tráfego aéreo do Brasil, que está afetando até o desenvolvimento do país.

Para ele, se há um ministro responsável pelo setor, Waldir Pires precisa ser responsabilizado. O senador lembra que o ministro

esteve no Senado, ainda no ano passado, quando afirmou que tudo estaria resolvido em pouco tempo, mas, “na verdade, o caos somente fez aumentar”.

Borges também defendeu a instalação de uma CPI do Apagão Aéreo na Câmara. Na semana passada, o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu liminar, em mandado de segurança impetrado pelo PSDB, PPS e PFL (atual DEM), suspendendo os efeitos da votação realizada na Câmara que arquivou a proposta de criação da CPI. O tribunal determinou o desarquivamento do requerimento até o julgamento do mérito da matéria.

Virgílio pede informações de ministro do STF que deu aval para comissão

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), denunciou a falta de segurança para decolagens e pousos no aeroporto de Manaus, em virtude de defeitos nos equipamentos usados nessas situações.

Na sexta-feira o senador leu em Plenário trechos de uma carta divulgada pelos controladores de voo de Manaus, que estão em greve de fome e aquartelamento voluntário. O documento denuncia as péssimas condições de trabalho da categoria naquela capital, relacionando, entre outros problemas, a obrigação de homens e mulheres dividirem o mesmo dormitório e o excessivo

número de horas trabalhadas.

Virgílio também anunciou que vai pedir ao presidente do seu partido, senador Tasso Jereissati (CE), que oponha embargos de declaração à decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal Celso de Mello, para que ele esclareça, com detalhes, os motivos da liminar que concedeu, determinando à Câmara dos Deputados que desarquive pedido de criação de uma CPI do Apagão Aéreo. Para o senador, que é a favor da instalação da comissão, as explicações do ministro do STF podem ser “o aval necessário para a instalação imediata dessa CPI”.

Gilvam Borges quer renúncia de Waldir Pires

Gilvam Borges (PMDB-AP) defendeu a renúncia do ministro da Defesa, Waldir Pires. De acordo com o senador, o ministro não tem demonstrado competência para lidar com a crise do “apagão aéreo”, que seria, em sua opinião, o resultado de uma greve velada dos controladores de voo. Borges também fez um apelo ao presidente Lula para que cumpra acordo firmado pelo ex-ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos, concedendo aumento salarial à Polícia Federal.

Camata: nem seqüestro de avião é apurado

Ao criticar a falta de soluções para a crise do “apagão aéreo”, Gerson Camata (PMDB-ES) manifestou sua incredulidade com o suposto seqüestro de um avião da TAM, “sem que nenhuma autoridade tenha comentado o assunto”.

– Um crime internacional, um crime federal. O avião foi obrigado a girar sobre Belo Horizonte por 45 minutos – disse o senador, acrescentando que estava na aeronave.

Oposição elogia decisão do Supremo sobre CPI

O líder do Democratas, senador José Agripino (RN), comemorou a decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que invalida as deliberações do Plenário da Câmara dos Deputados contra a criação de uma CPI do Apagão Aéreo naquela Casa. A decisão do relator do caso, ministro Celso de Mello, restabelece o ato de criação da CPI, que chegou a ser lido pelo presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, no dia 21 de março deste ano.

A partir desse resultado, a comissão poderá ser instalada para apurar os motivos da crise verificada nos aeroportos, decorrente do atraso na decolagem dos voos e de supostas falhas no controle do tráfego das aeronaves e em segurança aérea.

– Espero ver a instalação efetiva em pequeno prazo. Um juiz isento prestigiou as minorias, com o direito que é peculiar – afirmou Agripino.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), também elogiou a decisão.

– A oposição não deve fazer uma CPI contra o governo, mas esclarecer um drama que aflige a todos os brasileiros. É um desejo da opinião pública – disse.

A liminar concedida por Celso de Mello ainda deve ser julgada pelo Plenário

do STF. Mas o Regimento Interno da Câmara também permite que Chinaglia antecipe a decisão, nomeando os integrantes de acordo com indicação dos partidos.

A base do governo da Câmara, que havia se mobilizado para conseguir o arquivamento do requerimento de instalação do colegiado, alegando a inexistência de fato determinado, foi criticada por vários senadores, como Efraim Morais (DEM-PB) e Pedro Simon (PMDB-RS). Na última quinta-feira, os partidos de oposição entregaram a Chinaglia um abaixo-assinado em favor da criação da comissão. Ao todo, foram mais de 30 mil assinaturas recolhidas durante três dias em 13 aeroportos nacionais.



Celso de Mello invalidou decisão do Plenário da Câmara de arquivar CPI

PARTIDOS



Renan (E) elogia decisão do tribunal, resposta do ministro César Peluso a consulta do DEM (ex-PFL)



Renan elogia TSE, mas acha cassação exagero

Embora defenda a fidelidade partidária, o presidente do Senado, Renan Calheiros, classificou na sexta-feira como “um exagero” a possível perda de mandato por parte dos parlamentares que trocaram de partido após as eleições, como consequência da decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que considerou pertencerem ao partido, e não ao candidato, os mandatos legislativos em nível federal, estadual e municipal. A decisão foi tomada na terça-feira pelo TSE, por 6 votos a 1, em resposta à Consulta 1.398, formulada pelo então PFL, que desde a semana passada adotou o nome Democratas. Ao mesmo tempo em que de-

fendeu rapidez na aprovação de uma reforma política profunda, o senador ponderou que a demora do Legislativo para votar mudanças nos sistemas eleitoral e partidário abre espaço para o Judiciário legislar. Em relação às propostas para a área, considerou fundamental o aperfeiçoamento do sistema de listas partidárias.

– Já demoramos muito para fazer a reforma, é preciso que aconteça logo, pois precisamos fortalecer os partidos – declarou, lembrando que o Senado aprovou projeto de reforma política há mais de três anos.

Para Renan Calheiros, ao tomar a decisão – em resposta a consulta do então PFL (agora Democratas)

–, o tribunal interpretou a legislação eleitoral conforme as mudanças aprovadas pelos senadores.

– O TSE interpretou a lei de acordo com o que é fundamental para garantir a sustentabilidade política, para construir as maiores partidárias – enfatizou.

O senador salientou que a reforma aprovada na Casa fixou prazo de quatro anos para que os partidos se adaptassem à mudança e evitassem a migração de parlamentares, hoje tão freqüente.

Com a interpretação do TSE, diz Renan Calheiros, quem ganha é o sistema político porque, pelo menos com relação às eleições proporcionais, está proibido o troca-troca partidário.

Kátia Abreu e Mão Santa elogiam decisão

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) cumprimentou o TSE pela decisão tomada na semana passada, destacando que, com ela, sai fortalecida a fidelidade partidária. Para a senadora, o TSE defende o país, os brasileiros e os partidos “da incredulidade e do desânimo”. Ela também elogiou a iniciativa do ex-presidente do partido Jorge Bornhausen (SC).

A senadora comemorou ainda a troca de nome do PFL para Democratas e a eleição de Rodrigo Maia para a presidência da agremiação, além da escolha do novo diretório nacional.

Em aparte ao discurso de Kátia Abreu, o senador Mão Santa (PMDB-PI) elogiou a coragem do presidente do TSE, ministro Marco Aurélio Mello, e da Justiça brasileira de tomar a decisão.

Dados alarmantes sobre câncer de mama

A senadora comentou ainda audiência pública realizada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) que apresentou “dados assustadores”, segundo ela, sobre o aumento dos registros de câncer de mama no país. Em 20 anos, o número de casos da doença teria

subido de 20 mil para 60 mil e as mortes de 5 mil para 10 mil.

– Isso se deve à paralisia do governo – disse a senadora, informando que 50% dos casos de câncer de mama, no Brasil, já estão em estágio avançado quando identificados, causando enorme sofrimento às mulheres.

A senadora lembrou que esse tipo de câncer pode ter seus efeitos reduzidos, se tratado em seu estágio inicial. Ela reclamou da falta de mamógrafos, de manutenção dos aparelhos existentes e de profissionais especializados na rede pública de saúde.

Para Jayme Campos, política vive um novo momento

O senador Jayme Campos (DEM-MT) saudou a decisão do TSE, segundo a qual os mandatos obtidos nas eleições pelo sistema proporcional (deputados estaduais, federais e vereadores) não pertencem aos candidatos eleitos, mas aos partidos ou coligações.

– Vamos extirpar os vendilhões da pátria. Eu conheço deputado federal que, em menos de 90 dias, trocou de partido três vezes – disse.

A pergunta formulada pelo então PFL (atual DEM) que gerou a decisão do TSE foi: “Os partidos e coligações têm direito de preservar a vaga obtida pelo sistema eleitoral proporcional quando houver pedido de cancelamento de filiação ou de transferência do

candidato eleito por um partido para outra legenda?”

O relator da matéria, ministro César Peluso, lembrou que a Constituição estabelece a filiação partidária como condição de elegibilidade.



Para Jayme Campos, medida permitirá “extirpar os vendilhões da pátria”

Valter Pereira diz que é possível acreditar nos partidos

O senador Valter Pereira (PMDB-MS) também elogiou o TSE pela decisão sobre fidelidade partidária. Na opinião do parlamentar, ao tomar essa decisão, o TSE fortaleceu os partidos como instrumentos da democracia e da condução da vida política.

– Agora já é possível começar a acreditar novamente na construção de partidos políticos – afirmou Valter Pereira, que mostrou-se preocupado com articulações que estariam sendo feitas na Câmara dos Deputados para reverter a decisão do TSE.

No entender do senador, o Democratas está de parabéns por defender os mandatos conquistados, ao enviar consulta sobre o tema ao TSE. Valter Pereira também saudou, no mesmo discurso, os 85 anos de fundação do PCdoB. Ele acha que se não fosse pelo preconceito contra os comunistas, o partido já teria uma representação bem maior e não precisaria temer a cláusula de barreira.

Sociedade será beneficiada com posição do TSE, prevê Lúcia Vânia

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) avaliou que a sociedade poderá ser beneficiada com a decisão do TSE.

– O deputado não é eleito apenas com os votos que recebe, mas com os de todos os seus companheiros de legenda. Ao sair do partido pelo qual foi eleito no sistema proporcional, carrega consigo parte dos votos que os eleitores depositaram na sua legenda. No entendimento do TSE, existe nessa troca partidária uma ilegalidade – disse.

Para a senadora, o uso das legendas em interesse próprio passou a desacreditar os representantes junto a seus eleitores.

– É preciso que reatemos a confiança para que a sociedade se sinta motivada a participar novamente desse processo, que é a base da democracia. A decisão recupera o papel dos partidos em sua essência democrática e devolve aos cidadãos o direito de se ver legitimamente representados.

Nascimento deixa Senado e reassume Transportes

Ao se despedir do Senado Federal na quarta-feira passada, para assumir, no dia seguinte, o cargo de ministro dos Transportes, o senador Alfredo Nascimento (PR-AM) rebateu as denúncias de irregularidades publicadas pela imprensa e disse que a sua atuação como ministro, no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, “foi exemplar”.

Ele atribuiu as críticas a “inconformados com a derrota” que pretendiam antecipar uma disputa eleitoral futura no seu estado.

– A prestação de contas da minha campanha foi aprovada, sem uma ressalva sequer, pela unanimidade dos juízes do Tribunal Regional Eleitoral – disse.

Em solidariedade a Nascimento, 17 senadores apartea-

ram o seu discurso, inclusive para pedir apoio do ministro na conclusão de obras rodoviárias e de infra-estrutura em transportes nos diversos estados.

Assumirá a cadeira de Alfredo Nascimento no Senado o 1º suplente, João Pedro Gonçalves da Costa, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT).



Nascimento (foto) reassume ministério e cede mandato a João Pedro Gonçalves da Costa



Assembléia aprovou troca de nome e também elegeu Rodrigo Maia como novo presidente

Democratas, o novo nome do PFL

Em assembléia realizada quarta-feira passada, no Senado, o PFL aprovou o novo nome do partido: Democratas. A agremiação também anunciou seu novo presidente, o deputado federal Rodrigo Maia (RJ), que substituirá o ex-senador Jorge Bornhausen. Durante a cerimônia, o líder da sigla no Senado, José Agripino (RN), reiterou que o Democratas, assim como o antigo PFL, fará oposição ao governo Lula.

Para Heráclito Fortes (PI), a mudança de nome faz parte do processo de renovação do partido. Já o deputado Onyx Lorenzoni (RS), ao discursar durante o evento, afirmou que, se é verdade que a agremiação diminuiu sua presença em diversos estados do país – referindo-se às eleições de outubro

do ano passado –, por outro lado a teria reforçado “em regiões nas quais há mais crítica e reflexão”.

Também participaram da cerimônia o prefeito do Rio de Janeiro, César Maia (pai do deputado Rodrigo Maia); o ex-governador de São Paulo Cláudio Lembo; o governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda; seu vice, Paulo Octávio; e os senadores Antonio Carlos Magalhães (BA), César Borges (BA), Efraim Moraes (PB), Heráclito Fortes (PI), Jonas Pinheiro (MT), José Agripino (RN), Kátia Abreu (TO) e Marco Maciel (PE).

O PSDB esteve presente por meio de seu presidente, Tasso Jereissati (CE), do líder no Senado, Arthur Virgílio (AM), e do senador Flexa Ribeiro (PA).

PLENÁRIO

Mesquita Júnior adverte para negociações do etanol

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) afirmou que o Brasil deve defender com firmeza seus interesses e não agir de forma subserviente nas negociações sobre o comércio do etanol com o governo norte-americano. O senador leu artigo de Frei Betto sobre esse tema, publicado no *Correio Braziliense*, intitulado "Do carnaval ao imenso canavial", no qual o ex-assessor do governo sugere a adoção de medidas severas para impedir que o país se torne imenso canavial

em mãos estrangeiras.

Historicamente, o Brasil tem-se relacionado de forma subserviente quando se trata de estabelecer negociações com os produtos nacionais, segundo o senador. Ele declarou não ser xenófobo, mas alertou que, nas negociações sobre o etanol com o governo norte-americano, o Brasil deve garantir, nos termos de seus contratos, proteção para o produto nacional e melhor tratamento para a mão-de-obra brasileira.

Fátima Cleide alerta para os perigos da monocultura

Fátima Cleide (PT-RO) ressaltou, na sexta-feira, declarações da líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), e da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, sobre os perigos que cercam a oportunidade comercial de produção de biocombustível no Brasil para suprir as necessidades energéticas dos Estados Unidos. A senadora reconhece que o Brasil possui condições ideais para se tornar um grande produtor de biocombustível, com suas grandes extensões de terra, água abundante e mão-de-obra barata. No entanto, avaliou Fátima Cleide, o país precisa usar essas potencialidades para alavancar seu próprio desenvolvimento.

Zambiasi compara Mercosul à União Européia

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) comemorou o aniversário do Mercosul, criado em 26 de março de 1991, comparando-o com a criação da Comunidade Econômica Européia, em 25 de março de 1957. Os dois momentos, disse o senador, guardadas as diferenças temporais e históricas, trazem ensinamentos e apontam rumos comuns. Criado para responder às exigências de uma nova conjuntura internacional, o Mercosul avança, segundo Zambiasi, nas negociações para a formação de um bloco sul-americano, da Patagônia às portas do Caribe, capaz de situar a região com mais força e soberania na nova geopolítica mundial.

Cristovam quer piso salarial para professores

Cristovam Buarque (PDT-DF) fez um apelo ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que apresente uma medida provisória com o objetivo de definir um piso salarial nacional para os professores do ensino fundamental. O senador disse ser necessário um pacto do Estado, das famílias e dos professores para que a melhoria de salário seja acompanhada pela maior eficiência dos professores. Segundo Cristovam, diante dos baixos salários, da violência e das difíceis condições de trabalho, alguns professores deixam de dar a quantidade de aulas exigida nos contratos.

Paim apóia opinião contra redução da maioria penal

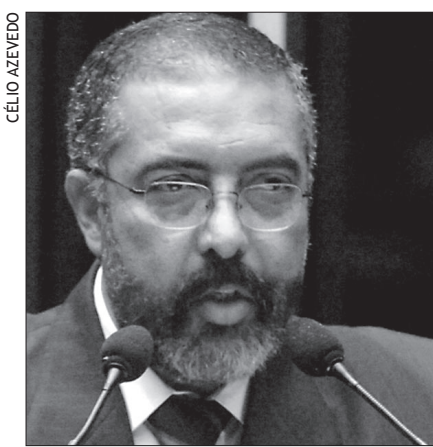
Paulo Paim (PT-RS) registrou documento recebido por ele do promotor de Justiça de Porto Alegre e coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude, Miguel Granato Velásquez. O texto, frisou, trata da possibilidade de redução da maioria penal. O promotor é contra a medida e defende a manutenção da maioria penal aos 18 anos. Conforme o senador, Velásquez sugere, de acordo com sua experiência profissional, que se deve investir em educação para amenizar o problema de menores infratores, e não diminuir a idade para que possam ser punidos.

Um ato de desagravo aos alunos africanos

Na sexta-feira, Paulo Paim (PT-RS) comunicou ao Plenário que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) fará uma reunião extraordinária nesta terça-feira para realizar ato de desagravo aos estudantes africanos vítimas de possível crime racial praticado na madrugada da quarta-feira passada na Casa do Estudante Universitário (CEU) da Universidade de Brasília (UnB). Os apartamentos dos estudantes estrangeiros foram atingidos por um incêndio criminoso. Por sugestão de outros senadores, é possível que o ato seja realizado no Plenário.

O discurso de Paim durou uma hora e três minutos e recebeu sete apertes. Ele afirmou que fará contato com diversas entidades de defesa dos direitos humanos e órgãos públicos para que estejam presentes na sessão. Entre as instituições já convidadas estão o Ministério Público, a diretoria da UnB e a Fundação Palmares.

Paulo Paim, Cristovam Buarque (PDT-DF) e Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) participaram



Paulo Paim emociona-se ao falar de crime racial em alojamento da UnB

na quinta-feira de ato de solidariedade na UnB aos estudantes estrangeiros vítimas da agressão, com a presença do reitor da UnB, Timothy Mulholland, e de outros alunos da instituição. Adelmir Santana (DEM-DF) foi representado por assessor de seu gabinete.

Paim quer que a data de 28 de março entre para a história do país como o dia da igualdade racial. O senador destacou que o atentado na UnB não foi um ato isolado. A capital tem sido palco de outros casos de racismo,

registrou, lembrando que Brasília já viu uma situação semelhante, quando o índio Galdino foi incendiado por jovens de classe média em uma parada de ônibus em abril de 1997.

Paim avalia que a história é ainda mais chocante por ter se passado na Universidade de Brasília, um centro de referência de saber para todo o país. Ele disse que é difícil falar no assunto, que dói, mas que é necessário "tratar dessa ferida", e sugeriu que cada um se coloque

no lugar dos pais desses jovens, que tiveram as portas dos seus apartamentos incendiadas, para que não pudessem sair.

– Calculem se fossem os nossos filhos estudando em outro país e sua casa fosse incendiada. Que país é este que permite que estudantes de um outro país amigo, que estão lá em um convênio legítimo, sejam atacados?

Emocionado, Paulo Paim afirmou que os ideais de igualdade, liberdade e justiça e o combate à intolerância não podem morrer.

Senadores manifestam-se contra racismo

Em aparte ao discurso de Paulo Paim, Cristovam Buarque, que já foi reitor da UnB, afirmou que o ocorrido com os universitários é mais grave por não se tratar de um fato isolado. Ele disse acreditar que as manifestações racistas estão se tornando mais frequentes porque os negros brasileiros estão reafirmando mais sua identidade, o que vem causando reações.

Tião Viana (PT-AC) sugeriu que alunos e professores da

UnB deveriam envolver-se de maneira "mais forte" nas manifestações de repúdio ao ocorrido. Mão Santa (PMDB-PI) informou que sugerirá ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que os apartamentos funcionais destinados a senadores, mas fora de uso, sejam oferecidos a esses estudantes.

Fátima Cleide (PT-RO) também pediu manifestação dos alunos da UnB contra os atentados e criticou outros tipos de discriminação,

como os casos de preconceitos contra homossexuais. Geraldo Mesquita Júnior pediu uma punição severa para os culpados e afirmou que a Polícia Federal já tem indícios fortes que podem apontar a autoria do atentado.

Valter Pereira (PMDB-MS) disse que o fato prejudica o conceito internacional do Brasil. Arthur Virgílio (PSDB-AM) também prestou solidariedade aos alunos vítimas do atentado.

Simon relata angústia por recentes episódios

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) falou na sexta-feira de sua "angústia" em relação a recentes fatos ocorridos no Brasil. Ele destacou a venda da Varig, uma empresa que já esteve entre as melhores do mundo, ressaltou. Para Simon, o governo tinha de ter implementado medidas para salvar a companhia aérea, um patrimônio nacional que funcionava sob a coordenação dos próprios funcionários, numa espécie de modelo espetacular de cooperativa especial, disse.

O incêndio criminoso em dormitório de estudantes africanos na UnB também foi mencionado pelo parlamentar gaúcho. Ele afirmou que o governo não deve se limitar a investigar o fato por meio da Polícia Federal, mas tomar providências à altura e dar uma resposta ao resto do mundo.

– O ministro da Justiça tem que acompanhar tudo, tomar providências e dar uma resposta para valer – sugeriu.

Pedro Simon criticou ainda a

tentativa do governo de impedir a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, para investigar a crise da aviação civil brasileira, incentivando o arquivamento do requerimento de criação da comissão pelo Plenário da Câmara.

– Acabou que a CPI foi convocada pelo Supremo Tribunal Federal, que determinou o desarquivamento do requerimento. Nada pior podia acontecer para começar o novo governo Lula – destacou.

Senadores prestam homenagem aos 85 anos de fundação do PCdoB

Primeiro orador a discursar na sessão de quarta-feira em homenagem aos 85 anos de fundação do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) fez um histórico da trajetória do partido, desde sua criação, em 1922, até os dias atuais e destacou algumas de suas principais contribuições para o desenvolvimento do país.

Para o presidente do Senado, Renan Calheiros, o exemplo de coerência ideológica dado pelo PCdoB seria a maior contribuição da sigla para o atual

cenário político-partidário brasileiro.

– Hoje, o Partido Comunista do Brasil é um instrumento fundamental para a manutenção da governabilidade do país e para a sustentação do governo do presidente Lula – disse Renan.

Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, fez uma análise do comportamento do PCdoB em sua luta contra a ditadura militar e



Inácio Arruda

salientou que, entre os partidos de esquerda, a legenda comunista se destacou por ser radical sem ser sectária.

Já Aloizio Mercadante (PT-SP) ressaltou a participação do partido em todas as manifestações populares importantes da história recente do Brasil, em especial na luta pela redemocratização.

Para Cristovam Buarque (PDT-DF), a agremiação deve promover

a "atualização do conceito e a radicalização do processo de revolução para romper com a perplexidade e com a acomodação que tomou conta das esquerdas".

Leomar Quintanilha (PMDB-TO), que já foi filiado ao PCdoB, enfatizou que, "na trajetória de luta, resistência e dedicação à causa popular, não há uma luta progressiva relevante no Brasil ou no mundo que não tenha contado com o concurso direto desses brasileiros combativos".

ENTREVISTA Senadora trava batalhas simultâneas pelo desenvolvimento e pela redução das diferenças regionais

LÚCIA VÂNIA

Compromisso com desenvolvimento

Nova presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) empenha-se simultaneamente, no momento, em três frentes de batalha. A primeira, de curto prazo, é a questão da votação dos vetos presidenciais aos projetos de recriação das

superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Amazônia (Sudam). A segunda é inserir no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) mecanismos que permitam maior ingresso de investimentos privados no Centro-

Oeste, em especial para solucionar os gargalos logísticos da região. Em terceiro lugar, Lúcia Vânia quer que a CDR possa ser um instrumento para alavancar o turismo como força geradora de divisas para o país. Esses e outros temas foram abordados pela senadora em entrevista à TV Senado.

Por que tanto empenho na movimentação política contra os vetos presidenciais aos projetos de recriação da Sudam e da Sudene?

Primeiro, é preciso lembrar que a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo é relativamente nova [criada em 2005] e foi presidida em seus primeiros dois anos pelo senador Tasso Jereissati [PSDB-CE]. Durante aquele período, nós, os membros da comissão, trabalhamos intensamente para formatar os projetos de recriação da Sudam e da Sudene. Após um ano e meio de trabalho, discutindo o assunto com todo o país, elaboramos uma proposta que apontava na direção da modernidade para essas novas instituições. Para nossa surpresa, esses projetos, ao chegarem para a sanção do presidente da República, sofreram vetos em dez de seus artigos. Isso fez com que eles fossem mutilados e feridos de morte naquilo que é fundamental: a questão dos subsídios e financiamentos. Os vetos fizeram com que as novas Sudam e Sudene tivessem muito a cara das antigas superintendências, coisa que nós não queríamos. Os próprios parlamentares daquelas regiões acham que não faz mais sentido recriar os órgãos com o formato antigo, mesmo porque eles foram extintos em meio a denúncias de desvios de recursos e outras irregularidades. De nada adianta você querer implementar uma política de desenvolvimento regional se você dá tratamento igual a todas as regiões. E isto é o que os vetos acabam causando, ao retirar as fontes de financiamento que havíamos criado.

A senadora tem esperança de que haverá uma articulação política forte o suficiente para derrubar os vetos?

Estou no Senado há quatro anos e nunca tive a chance de votar um veto do presidente. Compete a nós cobrar pelo menos a colocação desses vetos em discussão, para rejeitar ou aprovar. Acredito muito nesse acordo, que envolve Câmara e Senado, onde nós [a oposição] não temos maioria, mas estou otimista e acredito que a senadora Roseana Sarney [PMDB-MA], que hoje é líder do governo no Congresso, poderá abrir esta ponte de negociação para que o projeto seja resgatado. Nós temos até, na CDR, a incumbência de discutir em breve a recriação da Sudeco [para o Centro-Oeste], mas não queremos fazer isso antes de ter uma definição sobre as outras duas superintendências. O projeto da Sudeco encontra-se hoje na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania [CCJ], e de lá seguirá para a CDR. Temos consciência de que a região Centro-Oeste tem um grau de desenvolvimento maior, a infra-estrutura é mais completa, mas ainda temos problemas seriíssimos para o

ROSEVELT PINHEIRO



escoamento da produção agrícola, devido à má qualidade das malhas ferroviária e rodoviária.

Como a CDR poderá atuar para, durante a discussão do PAC no Congresso, direcionar mais recursos para as regiões que necessitem de maior desenvolvimento?

Não defendo que o PAC seja avaliado em termos de região. Acredito muito mais nas interligações dos projetos entre as regiões e na questão dos investimentos em logística. Minha crítica em relação ao PAC é que nele os investimentos públicos estão bem explicitados, mas não criamos nenhum cenário favorável para os investimentos privados. Continuamos com os juros altos, um câmbio desfavorável, as agências reguladoras sem capacidade de atuação e as reformas tributária e da Previdência sem perspectivas de solução. Muito discurso e pouca ação. Se nós não tivermos um atrativo para que o investimento privado chegue, nós não teremos jamais os níveis de crescimento de 5% ao ano esperados pelo governo.

A comissão aprovou um projeto que altera a destinação dos recursos dos fundos constitucionais regionais. Em que isso pode ajudar no incentivo ao crescimento?

A CDR aprovou um projeto do ex-senador Paulo Octávio que desengessa a aplicação dos recursos desses fundos. Deixa em aberto os percentuais destinados para a indústria, o comércio e a agricultura e permite que as verbas sejam destinadas ao setor de serviços, que no DF, por exemplo, é de importância econômica vital. A proposta deixa

ainda a cargo dos conselhos deliberativos de cada estado a decisão sobre que áreas necessitam de maior aporte de recursos. É, por isso, um projeto extremamente oportuno, pois dá aos conselhos essa autonomia de gestão.

A senadora coordena uma frente parlamentar do Centro-Oeste empenhada em obter, na votação do PAC, mais recursos e projetos para a região. Quais as principais reivindicações do grupo?

Temos nos reunido com os governadores constantemente para buscar maior mobilização. Nosso maior empenho é assegurar que o PAC contemple instrumentos que estimulem a participação da iniciativa privada no esforço do crescimento econômico. Em nossos estados, isso tem uma importância muito grande, com a chegada de novas indústrias e do boom do etanol. É novamente a questão da distância do Centro-Oeste dos portos exportadores. O que ganhamos com a nossa produtividade perdemos com o problema logístico de escoar as mercadorias até os portos. É preciso que o governo veja a importância da questão logística para o Centro-Oeste.

Em relação à Lei Geral do Turismo, quando a senhora acredita que ela poderá ser discutida e votada pelo Congresso?

A proposta ainda está em fase de elaboração no Ministério do Turismo. Foram quatro anos de discussões promovidas pelo ministério e

pelo Conselho Nacional de Turismo. Considero a iniciativa extremamente importante porque vai regulamentar a questão dos investimentos no setor, fixando as regras do jogo para a atuação da iniciativa privada. Pensamos em promover, além das audiências públicas, um amplo seminário para tornar a proposta bastante conhecida pela sociedade.

A partir dessa lei, o turismo poderá ser um componente mais eficaz no desenvolvimento do país?

Ele já está sendo. As receitas do setor de turismo têm contribuído bastante para o equilíbrio das nossas contas comerciais. É claro que ainda precisamos avançar muito para atingir o estágio de países como a Espanha, por exemplo, que investiram enormemente no turismo e tiveram um excelente resultado. A Lei Geral do Turismo é um passo neste caminho.

Os recentes casos de violência urbana no país, inclusive assassinatos e assaltos de turistas, prejudicam muito a imagem do Brasil no exterior. A CDR pode atuar também para ajudar na solução deste problema?

Acredito que a comissão precisa atuar muito em sintonia com a CCJ, que trabalha na elaboração de leis para reduzir a criminalidade. Também é importante que a CDR atue junto à Infraero na questão do turismo sexual, um tema que merece combate firme por parte do governo e do Congresso. Temos, ainda, o problema dos constantes atrasos nos vôos, que prejudicou muito o setor do turismo, e ainda esperamos uma solução para a falta de vôos regionais, que deixam muitos destinos turísticos sem acesso

aos grandes grupos de visitantes. Precisamos trabalhar em conjunto para evitar que todos esses fatores venham a prejudicar uma grande fonte de riqueza do país, que é o turismo. Afinal, o turismo é uma indústria limpa e, com os devidos cuidados, não agride o meio ambiente.

Uma CPI do Apagão Aéreo poderia ajudar na solução do problema?

Eu acredito que a CPI é necessária. Após três meses desde a primeira crise, ninguém sabe em profundidade realmente o que está acontecendo. É preciso que a CPI seja bem rápida, que levante as questões mais relevantes, aponte os responsáveis e sugira providências, inclusive para evitar que, agora nos Jogos Pan-Americanos, venha a acontecer um caos aéreo. O Pan certamente atrairá gente do mundo inteiro, imagine o que pode acontecer se não descobrirmos logo o que de fato está por trás de tudo isso.

“O PAC não cria nenhum cenário favorável para investimentos privados”

Voz do Leitor

SEGURANÇA PÚBLICA

“A segurança pública é um tema muito discutido entre os brasileiros. Ninguém sai tranquilo de casa, pois não tem certeza de voltar. Sugiro que os representantes políticos se empenhem mais nesse tema, para que a segurança volte a reinar no país. A morte do menino João Hélio foi um absurdo e trouxe revolta a todo o Brasil. A população deveria se unir para dar um basta a essa situação.”

Francisca Milena Araújo, de Acaraú (CE)

MAIORIDADE PENAL

“A criminalidade em nosso país está ligada a um conjunto de fatores históricos, que não podem ser simplificados da forma como está sendo feita pelas autoridades. Entre esses fatores estão a corrupção e a falta de seriedade com que muitos dos nossos representantes tratam a coisa pública. Querer reduzir a maioria penal como saída para resolver tal problema é achar que nós, da sociedade, somos imbecis. Sabemos que não é a idade que determina a violência. O futuro do nosso país não merece cadeia, merece um pouquinho de carinho, merece respeito, merece educação de qualidade.”

Ernando Correia de Oliveira, de Diadema (SP)

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

“Peço aos congressistas que dêem mais atenção ao monitoramento dos programas de distribuição de renda. Existem cidades onde os gestores municipais aproveitam a idéia a fim de explorar politicamente as pessoas beneficiadas. Isso ocorre por falta de leis – para fiscalizar os verdadeiros corruptos do cofre da União – e de punição. Se as comissões do Congresso analisassem

essas questões, não haveria tantas falcaturas em certas cidades.”

Antônio dos Santos Sobrinho, de Juazeiro do Norte (CE)

JUROS

“Os juros cobrados pelos bancos e cartões de crédito são totalmente desumanos. Os cartões e os empréstimos estão destruindo a renda do povo brasileiro de uma forma perversa e covarde. Os parlamentares nada fazem para que tal situação mude.”

Daniel Henrique Miguel, de Poços de Caldas (MG)

PENA DE MORTE

“Solicito que os parlamentares se empenhem mais nas ações públicas, no sentido de reduzir a violência no Brasil. Sugiro a criação de um referendo para saber se a população brasileira seria a favor ou contra a pena de morte em nosso país.”

Paulo César Correia Alves, de São Paulo (SP)

CRESCIMENTO

“O governo estava nos devendo o espetáculo do crescimento, e agora promove o espetáculo da embromação. Se o Brasil crescer 3,5% em 2007, já tem que ser comemorado.”

Murilo Augusto Medeiros, de Guará II (DF)

MUNICÍPIOS

“Sugiro um projeto de lei que obrigue todos os municípios brasileiros a colocarem uma placa padronizada na entrada da cidade pelas rodovias principais, como forma de melhor conhecermos suas denominações e sua localização, já que são mais de 6 mil municípios no país.”

Sérgio Miguel dos Santos, de Petrolina (PE)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Ambiente legal

O ouro do século 21

Muitos a consideram o ouro do século 21. Recurso essencial à sobrevivência humana e de toda a vida no planeta, a água doce é um bem cada vez mais escasso. Dados das Nações Unidas informam que 80% das mortes e enfermidades nos países subdesenvolvidos relacionam-se a problemas com a água. Hoje, 1,1 bilhão de pessoas no mundo não têm acesso a água potável, e prevê-se que serão 3,5 bilhões nessa situação em 2025. O Brasil detém 12% de toda a água doce disponível na Terra, mas sua distribuição no país é bastante desigual: 75% estão concentrados na Amazônia,



onde vivem apenas 5% dos brasileiros. Técnicos advertem para a necessidade de evitar o desperdício, de aproveitar o produto das chuvas e de promover a reutilização da água – esta última iniciativa já está sendo adotada pelo Senado (ver página 14).

DE OLHO NO ÓLEO - O óleo de cozinha resultante de frituras causa sérios problemas ambientais. Não o despeje na pia nem o coloque no lixo. Guarde-o em garrafas de plástico bem tampadas. (O Jornal do Senado mostrará como reaproveitá-lo na próxima edição desta coluna.)

QUAL É O SEGREDO? - Surpreendente, o documentário *O segredo* estreou no Brasil nessa sexta-feira. Segundo os cientistas e personalidades que protagonizam o filme, nossos pensamentos (sejam eles bons ou ruins) se tornam realidade.

O abraço faz bem ao coração. Pesquisa realizada nos EUA pela Universidade da Carolina do Norte revelou que o abraço eleva os níveis do hormônio oxitocina, que reduz o batimento cardíaco e a pressão arterial.

Conte até dez antes de comprar

O equilíbrio financeiro é essencial para a harmonia pessoal e familiar. Evitar dívidas (e juros altos) demonstra sabedoria. Nesse sentido, o consultor financeiro pessoal Rogério Olegário sugere que, antes de adquirir qualquer pergunta: preciso deste item?

Ele vai aumentar minha qualidade de vida? Tenho dinheiro para pagar à vista? Precisa ser hoje? Caso você tenha respondido “não” a qualquer das perguntas, isso significa que o bem não lhe vai trazer grandes satisfações; possivelmente, atenderá apenas a uma demanda temporária.

AQUECIMENTO - Eduardo Suplicy (PT-SP) recomenda o documentário *Uma verdade inconveniente*, de Al Gore. “O filme expõe de forma didática os fenômenos do aquecimento no planeta; é importante para que nos conscientizemos dos problemas e dos cuidados que devemos ter”, diz o senador.

DESAFIO - Do senador Marconi Perillo (PSDB-GO) para reflexão dos leitores deste espaço: “Vivemos um momento desafiador de nossa capacidade criativa: de um lado, a necessidade de pensar novos modelos alternativos de produção; de outro, a de inventar padrões alternativos de consumo”.

Frases

“A abolição dos escravos no Brasil somente será completada quando a escola dos filhos da senzala for igual à escola dos filhos da casa-grande”

Cristovam Buarque, cobrando mais recursos para a educação para combater a exclusão social.

“Se estava satisfeito com o ministério, por que mudar? Esse comportamento pendular termina passando a imagem de que o presidente da República é obrigado pelos partidos a alterar a equipe”

Jarbas Vasconcelos, sobre a reforma ministerial anunciada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

“É preciso separar a disputa política e eleitoral de projetos para o desenvolvimento do país. Não ter o PAC aprovado será um prejuízo muito grande”

Aloizio Mercadante, defendendo a votação das sete medidas provisórias e das duas leis complementares do Programa de Aceleração do Crescimento.

“Vivemos um novo momento na política brasileira. Vamos extirpar os vendilhões da pátria. Conheço deputado que, em 90 dias, trocou de partido três vezes”

Jayme Campos, ao elogiar decisão do TSE, de que o mandato parlamentar não pertence ao eleito, mas ao partido ou à coligação.

“Crime organizado não é coisa de favela; é coisa de gente qualificada que lucra bilhões de reais”

Inácio Arruda, apoiando projeto que define como crime utilizar menores na prática de delitos.

“O PSDB defende que haja um esclarecimento, porque hoje nós estamos vivendo nova crise na questão do apagão. O setor aéreo está um caos. E necessário uma investigação profunda sobre o que está acontecendo”

Tasso Jereissati, ao apoiar a instalação imediata de CPI para apurar o apagão aéreo.

Foto da Semana

O ataque ao alojamento de alunos africanos na Universidade de Brasília revoltou parlamentares, que se mobilizaram em solidariedade aos estudantes. Uma delegação formada pelos senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Geraldo Mesquita Júnior, e pelo assessor do senador Adelmir Santana compareceu à UnB e foi recebida pelo reitor Timothy Mulholand, que classificou a agressão aos africanos de “ataque terrorista”



MOREIRA-MARIZ

Rádio trata da crise aérea

A crise que se tornou conhecida como “apagão aéreo” ainda está sem solução. Com isso, o país continua vivendo as conseqüências do acidente que resultou na morte de 154 pessoas, após choque entre um avião da Gol e um jato Legacy, em setembro de 2006. Entre as causas do acidente foram apontados problemas no sistema de trabalho dos controladores de voo.

Enquanto as autoridades cruzam informações e buscam soluções, o tema também preocupa o Congresso Nacional e pode ser alvo de uma comissão parlamentar de inquérito. A Rádio Senado trata da crise aérea no programa *Conexão Senado* desta segunda-feira, a partir das 12h.

O programa é ao vivo e você pode dar sugestões pelo telefone (61) 3311-1261, pelo fax (61) 3311-2777, ou por e-mail, para o endereço conexao@senado.gov.br.

José Maranhão fala ao Senado Economia

Já no programa *Senado Economia*, também nesta segunda, às 8h30, o assunto é a tramitação orçamentária no Congresso Nacional. O senador José Maranhão (PMDB-PB), presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), fala em entrevista sobre as novas regras de tramitação e a composição da comissão que preside.

José Maranhão vai comentar ainda as expectativas em relação



Além de irritar os passageiros, acúmulo de problemas em torno do tráfego aéreo tem mantido os aviões estacionados nas pistas

ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a decisão anunciada pelo governo de contingenciar as verbas do Legislativo e do Judiciário. Outros assuntos da entrevista são a re-

forma tributária e a intenção do governo de prorrogar até 2011 a Desvinculação das Receitas da União (DRU) e a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3

- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2

- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

TODOS OS DIAS

- 6h - Matinas
- 7h55 - Cidadania Dia-a-dia
- 21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

- 7h - Crônicas Musicais
- 7h10 - Música e Informação
- 8h - Senado Notícias
- 8h30 - Plenário em Destaque
- 19h - Voz do Brasil
- 19h30 - Jornal do Senado
- 20h - Música e Informação
- 21h - Crônicas Musicais (reprise)
- 21h10 - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 24h - Música e Informação

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

- 14h - Plenário (ao vivo)

DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

- 9h - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias

SÁBADO E DOMINGO

- 7h - Música e Informação
- 9h30 - Música e Informação
- 21h - 180 Anos do Senado
- 22h - Música e Informação

SEGUNDA-FEIRA

- 9h - Senado Resumo
- 10h - Senado Notícias (reprise)
- 11h - Senado Resumo (reprise)
- 12h - Conexão Senado
- 13h40 - Senado Notícias
- 23h - Brasil Regional (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 23h - Escala Brasileira (reprise)

SEXTA-FEIRA

- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Música e Informação
- 18h - Senado Resumo
- 20h - Reportagem Especial
- 23h - Improviso Jazz (reprise)

SÁBADO

- 8h - Encontros com a Música Brasileira
- 9h - Prosa e Verso
- 10h - Especial (reprise)
- 11h - Música Erudita
- 12h - Senado Resumo (reprise)
- 13h40 - Música e Informação
- 15h - Autores e Livros
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 18h - Improviso Jazz
- 19h - Senado Resumo (reprise)
- 20h - Escala Brasileira

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros (reprise)
- 11h - Música do Brasil
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Prosa e Verso
- 17h - Reportagem Especial (reprise)
- 18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
- 20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

RESENHA

A doutrina constitucional do Brasil pós-Estado Novo

ALEXANDRE GUIMARÃES

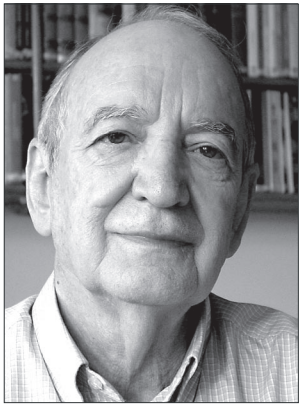
O cientista político Octaciano Nogueira é aclamado no meio acadêmico como um dos maiores conhecedores da política brasileira contemporânea. Pesquisador, ele publica pelas Edições do Senado Federal a preciosa obra *Doutrina constitucional brasileira* (Constituição de 1946), em três grossos tomos.

No trabalho, Octaciano traça um panorama do que foi a Constituinte de 1946. Os capítulos são organizados a partir dos pronunciamentos sobre os diversos temas discutidos no Palácio Tiradentes.

Podem-se ler os registros de um debate entre o então deputado Juscelino Kubitschek e o senador Pedro Ludovico sobre a transferência da capital para o interior do país; o deputado Gilberto Freire lutar pela concretização dos direitos sociais; ou o deputado Barbosa Lima Sobrinho dar uma aula sobre história constitucional.

Apaixonante é ver o renomado escritor Jorge Amado, um

dos 14 deputados comunistas representados na Constituinte, defendendo “o direito de asilo a todos quantos sofram limitações em sua liberdade por defenderem a causa da democracia ou por suas atividades científicas ou culturais”.



Octaciano Nogueira

O rol de assuntos debatidos incluía, entre outros, o voto do analfabeto, o divórcio, o combate à subnutrição, o parlamentarismo, o sistema proporcional e vários direitos dos trabalhadores. Muitas dessas

propostas só se concretizariam décadas mais tarde.

Em resumo, a obra traz a construção da Carta promulgada em 18 de setembro de 1946, que determinaria os rumos da política após o Estado Novo. A Constituição que vigorou num período em que se registraram importantes fatos, como o suicídio de Vargas, o auge dos governos populares com Juscelino, a renúncia de Jânio, o parlamentarismo imposto a Jango e a tomada do poder pelos militares em 1964.

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado. O livro *Doutrina constitucional brasileira*, de Octaciano Nogueira, publicado em três tomos pelas Edições do Senado Federal, pode ser adquirido por R\$ 15. Mais informações pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

SENADO

TV Senado conquista prêmio de jornalismo

Com a reportagem “O desafio da água”, o programa *Repórter Senado* conquistou o segundo lugar na categoria Televisão da 5ª edição do Prêmio Docol/Ministério do Meio Ambiente de Jornalismo. A comissão julgadora considerou essa produção da TV Senado, veiculada em setembro de 2006, um dos três melhores trabalhos do ano sobre o tema.

A cerimônia de premiação ocorreu na última terça-feira, na Associação Empresarial de Joinville (SC), e reuniu jornalistas e estudantes de São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Distrito Federal, Pernambuco e Rio Grande do Sul. O prêmio, concedido a cada

dois anos, tem como objetivo valorizar o trabalho dos jornalistas e dos veículos que publicam ou veiculam matérias sobre ética e uso racional da água.

A TV Senado concorreu com a Rede Globo, vencedora do prêmio com o programa *SPTV Primeira Edição* – “100 anos da represa de Guarapiranga”. O terceiro lugar também ficou para a mesma emissora, pela matéria “Everglades/Restauração”, do *Globo Rural*.

“O desafio da água” revela como e por que um país de recursos hídricos tão abundantes tem que mudar de atitude nas formas de utilização da água. A equipe do programa da TV

Senado percorreu todas as regiões para mostrar como o mais precioso recurso natural vem sendo ameaçado. O Brasil detém cerca de 13% do total da água doce do mundo, mas seus rios e fontes estão sendo poluídos ou esgotados.

O programa mostra os contrastes entre a Amazônia e o agreste nordestino, o desperdício nas grandes cidades e alternativas para o futuro. A matéria premiada tem direção e edição de Paulo Acrísio Figueiredo; reportagem de Gustavo Portal; produção de Márcia Torres; fotografia de Tony Brown; assistência de Carlos Eduardo; e edição e finalização de imagens de Cláudio Lisboa.



Rememorar momentos significativos da história do Senado, tanto na perspectiva pessoal como na de construção da cidadania. Essa é a oportunidade aberta pelo livro *Tempo de transformação*, de autoria do diretor-geral do Senado, Agaciél da Silva Maia, segundo assinalou o presidente da Casa, Renan Calheiros, durante o lançamento da publicação, na terça-feira. Agaciél explicou que o livro é resultado das grandes conquistas e angústias vivenciadas no Parlamento brasileiro.

Seminário debate papel dos consultores

Assessores e consultores precisam, cada vez mais, obter conhecimento especializado e multidisciplinar para ajudar os parlamentares a visualizar novas demandas da sociedade, afirmou sexta-feira o consultor legislativo do Senado Antônio José Barbosa no encerramento

do 2º Seminário Internacional de Assessoramento Institucional no Poder Legislativo.

Presente ao evento, o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), manifestou admiração pelo trabalho dos auxiliares legislativos, que dominam determinados assuntos e preparam

estudos “sólidos” a serem utilizados pelos congressistas.

Na sessão de abertura do seminário, terça-feira, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) afirmou que o processo de elaboração das leis não pode prescindir do conhecimento de assessores e consultores especializados.



II Seminário Internacional Assessoramento Institucional

Ao lado de Arlindo Chinaglia (2º à esq.), Flexa Ribeiro (2º à dir.) fala aos participantes do evento

Mostra de tecnologia vê a Biblioteca Digital

O projeto Biblioteca Digital do Senado Federal foi apresentado quarta-feira aos participantes da 6ª Mostra de Soluções em Tecnologia da Informação e Comunicações Aplicadas ao Setor Público pelo analista de informática do Prodasen Constantin Kladis. O evento foi realizado no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília.

Constantin deu explicações sobre as medidas técnicas que estão sendo empregadas para permitir o acesso, via internet, a parte do acervo da Biblioteca do Senado. Entre as inovações apresentadas, o analista destacou a possibilidade de pessoas cegas terem acesso a textos gravados em voz.

Outro projeto levado aos participantes do seminário, na quinta-feira, foi o Siga Brasil, sistema criado há oito anos por integrantes da Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado.

O sistema foi apresentado pelos consultores legislativos Rita de Cássia L. F. dos Santos e Orlando de Sá Cavalcante Neto. Eles garantem que a consulta ao Siga Brasil é mais fácil que ao Siafi, o Sistema Integrado de Administração Financeira. Dados que vão desde a proposta orçamentária à execução pelas prefeituras, por exemplo, podem ser obtidos por qualquer pessoa por meio de pesquisa no site do Senado.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janáina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.
Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa,

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

ARTE: CIRILO QUARTIM

Casa própria: sonho, mas com pés no chão

Quem sonha com a casa própria, mas ainda não tem todo o dinheiro necessário e precisa de crédito, deve comparar as alternativas para escapar de armadilhas. Os especialistas recomendam avaliar as possibilidades com os pés no chão.

Na hora de decidir, leve em conta o sonho, mas pense com a calculadora na mão.

O mercado oferece muitas maneiras de se comprar um imóvel residencial: financiamento pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH), hipoteca, consórcio, compra

direta da construtora e outros tipos de empréstimos. Veja neste *Especial Cidadania* as condições do SFH e como obter esse tipo de financiamento. Na próxima edição, serão mostradas outras linhas de crédito que podem ajudá-lo a realizar o seu sonho.

O passo a passo do SFH

Para obter um financiamento, siga as etapas

Pesquisa

Selecione um agente do SFH – veja uma lista na *site* da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (www.abecip.org.br). Na maioria dos *sites* é possível simular o financiamento e ver o valor das prestações e dos juros. Eles também informam a lista de documentos necessários e todos os formulários a serem preenchidos. Se o agente for um banco, você terá de abrir e manter uma conta. Mesmo já tendo escolhido o imóvel (veja dicas na edição 110, de 13-2-2006), não feche negócio nessa fase.

Cadastro e análise do crédito

Faça o cadastro e entregue os documentos solicitados. Aprovado o cadastro, o agente emite uma carta de crédito em que se compromete a emprestar um valor X para comprar um imóvel. Agora você pode fechar o negócio.

Avaliação do imóvel

Nessa fase você identifica o imóvel e pede a avaliação do agente do SFH.

Análise jurídica

Agora são entregues os documentos do vendedor e do imóvel. Havendo qualquer problema nessa documentação, o processo pára e a responsabilidade é daquele cujos documentos não estiverem em ordem.

Liberação do financiamento

Em geral o dinheiro é depositado diretamente em nome do vendedor. O processo todo pode demorar até 60 dias, se não houver problema com os documentos. Se houver, o processo pára até que a documentação esteja em ordem.

Veja as regras fixas

- O financiamento é para construção e aquisição de imóveis residenciais novos ou usados.
- A garantia da dívida é o imóvel, que não pode ser vendido sem a concordância do agente.
- Valor do imóvel: entre R\$ 40 mil e R\$ 350 mil.
- Valor financiado: de R\$ 20 mil a R\$ 245 mil (80% do valor do imóvel). Para financiar 100%, alguns agentes juntam dois tipos de financiamento.
- Limite máximo para os juros: 12% ao ano.
- Não há limite legal para a relação prestação/renda, mas o mercado limita a prestação entre 25 e 30% da renda do comprador (ou do casal).
- É obrigatória a contratação de seguro com cobertura por morte ou invalidez permanente.
- Se há apenas um devedor e ele morre, o seguro paga toda a dívida. Se o casal figura como devedor, o seguro paga apenas a parte da dívida assumida pelo cônjuge falecido.
- O saldo devedor e a prestação são corrigidos pela Taxa Referencial (TR), mesmo índice de rendimento da caderneta de poupança.

Condições que podem variar

- Limite de idade: é comum os agentes exigirem que a idade somada ao prazo de financiamento não ultrapasse 65 ou 70 anos.
- Prazo: cada agente tem seus prazos, até um máximo de 20 anos. Escolha o que melhor atenda a seus objetivos, lembrando que, quanto menor o prazo, menor o valor total de juros a ser pago.
- Juros: esse é um item a ser pesquisado com muita atenção – qualquer variação na taxa de juros fará uma enorme diferença no seu bolso. Há ofertas de taxas menores em caso de débito direto no contracheque e também para imóveis de menor valor, por exemplo. Também é possível escolher entre:
 - > taxas pré-fixadas: em geral mais altas, mas conhecidas; e
 - > pós-fixadas: normalmente mais baixas, porém desconhecidas e com possibilidade de aumentar.
- Correção do saldo devedor e das parcelas: o reajuste pode ser anual, mensal, etc. Atenção: se o índice e a periodicidade dos reajustes do saldo e da prestação forem diferentes, poderá haver um resto de saldo devedor no fim do financiamento.
- Valor do seguro: compare os preços, que em geral são bem salgados.

Atenção para as despesas

- Tarifa de administração, abertura de crédito, inscrição e outras: podem variar de zero a R\$ 600.
- Avaliação do imóvel: em média, R\$ 300.
- Análise jurídica do negócio: cerca de R\$ 400.
- Certidões: as taxas variam de estado para estado.

- Imposto de Transmissão de Bens *Intervivos* (ITBI): pago ao município, é um percentual sobre o valor do imóvel declarado no IPTU (em São Paulo é de 0,5% para o valor financiado pelo SFH e de 2% para o restante do valor constante no IPTU).
- Registro do contrato no cartório de registro de imóveis. O valor

da taxa varia de estado para estado. No Distrito Federal, o registro custa R\$ 156,80 se o comprador não tiver outro imóvel residencial.

Consulte o agente do SFH sobre o valor dessas taxas no seu município. Alguns agentes oferecem a possibilidade de incluir essas despesas no valor do financiamento.

A prestação

Parcela mensal =
seguro + parte dos juros + parte do valor emprestado

A parte dos juros não diminui o valor da sua dívida: é o “custo” que você paga pelo empréstimo.

A parte do valor emprestado é chamada amortização e é a que efetivamente diminui o saldo devedor. Só quando a soma de todas as amortizações fica igual ao valor do empréstimo é que a dívida está quitada.

É importante saber que o agente pode rescindir o contrato por não pagamento depois de três meses de atraso de qualquer obrigação prevista no contrato ou depois de três mensalidades atrasadas.

Os sistemas de amortização

No financiamento pelo SFH, você terá que decidir:

- o valor e o prazo;
- se a taxa de juros será pré ou pós-fixada; e
- a fórmula de cálculo da prestação. As mais usadas são:

Price - Em cada prestação a soma (juros + amortização) é fixa e a prestação varia com a correção monetária.

- Vantagem: a prestação é menor no início.

- Desvantagens: a prestação cresce bastante e a dívida demora muito para começar a diminuir significativamente.

SAC - O valor da amortização em cada prestação é fixo e a prestação vai diminuindo ao longo do tempo.

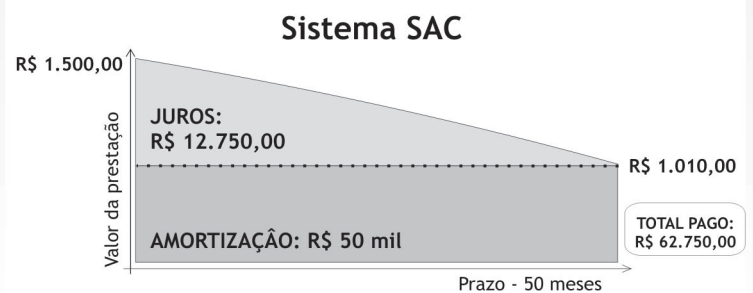
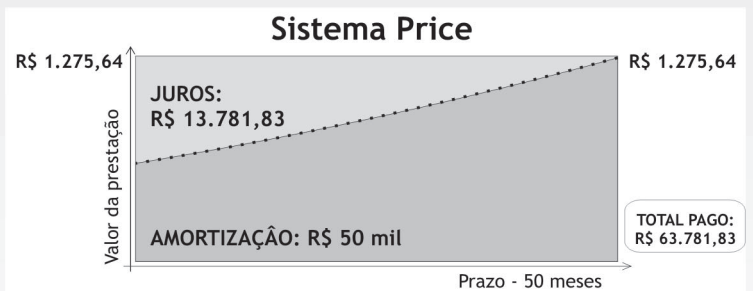
- Vantagens: o saldo devedor diminui na primeira parcela, as parcelas diminuem mês a mês, e o total pago é menor.

- Desvantagem: o valor inicial das parcelas é mais alto.

Compare Price e SAC

Valor financiado: R\$ 50 mil
Prazo: 50 meses - Juros: 12% ao ano

(Atenção: a correção foi excluída para facilitar a compreensão. Na prática, a prestação no sistema Price não é constante: ela cresce bastante ao longo do tempo por causa da correção monetária)



O saldo devedor

$$\text{SALDO DEVEDOR} = \left\{ \text{EMPRÉSTIMO} + \text{REAJUSTE DO EMPRÉSTIMO} + \text{JUROS} \right\} - \left\{ \text{AMORTIZADO} + \text{REAJUSTE DO AMORTIZADO} + \text{JUROS PAGOS} \right\}$$

Veja a evolução do saldo devedor e da prestação:
Valor financiado: R\$ 60 mil - Prazo: 48 meses
Taxa de juros: 12% ao ano - Correção: 0,5% - Sistema: Price
(na prática o índice de correção varia mês a mês)

Mês	Saldo inicial	Correção do saldo	Saldo corrigido	Prestação			Total da prestação	Saldo devedor
				Juros	Amortizado	Correção do amortizado		
1	60.000,00	300,00	60.300,00	-603,00	-980,03	-4,90	-1.587,93	59.315,07
2	59.315,07	296,58	59.611,65	-596,12	-989,83	-9,92	-1.595,87	58.611,89
3	58.611,89	293,06	58.904,95	-589,05	-999,73	-15,07	-1.603,85	57.890,15
46	5.816,09	29,08	5.845,17	-58,45	-1.533,56	-395,47	-1.987,48	3.916,13
47	3.916,13	19,58	3.935,71	-39,36	-1.548,90	-409,17	-1.997,43	1.977,65
48	1.977,65	9,89	1.987,54	-19,88	-1.564,39	-423,15	-2.007,42	0
TOTAIS					17.297,74	60.000,00	8.605,84	85.903,58

Por que em alguns casos o saldo devedor final não é zero?

Porque o reajuste do saldo devedor ou é mais frequente ou é maior que o reajuste da prestação.